NOSSO OUTRO DESTINO



O modelo econômico que mostra como a vida em Mato Grosso pode ser melhor e 30% mais barata

MAURÍCIO COELHO
prefaciado por **Dr. Wagner Malheiros**

Nosso Outro Destino

Maurício Coelho

A todos que são “apenas um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior”.

Sumário

01 **Apresentação** 7

02 **O Fôlego de uma Nova Era** 10

03 **O golpe de sorte** 13

- A face oculta do “ajuste” 15
- Ajuste Social 17
- Obras em desastre 18
- O crime 24
- Saúde na UTI 28
- O Fim da Sorte 30

04 **Choque de comida, energia e combustível baratos** 32

- O gás mais caro do mundo 35
- Vaca Muerta 39
- Hub de Fertilizantes 43
- Acordos de Proteção 44
- Efeito Cascata 47
- O Círculo Virtuoso da Energia 49

05 **Choque do Aluguel Barato** 51

- O despejo invisível 52
- Políticas habitacionais x Aluguéis caros 55
- Estoque público estratégico 56
- Compatibilidade de preços 58
- O autofinanciamento 60

06 **A Nova Educação** 65

Os pilares da nova pedagogia 67
Pedagogia da Execução 71
O Arsenal do Futuro: foco em serviços complexos 72
As Empresas Juniores de Ensino Médio 75
O modelo de exportação de serviços estudantis 77

07 A retomada do território 81

A Máquina de Guerra 84
Segurança Orientada por Projeto (SOP) 87
Segurança por Design 89
Polícia por Desempenho 91
A Devolução do Espaço Público 93

08 Saúde Humana 96

Choque de Hospitalidade: dignidade não custa caro 98
A Verticalização do Diagnóstico 100
Intensificar Programas Cirúrgicos 102
Socorro aos municípios: reerguendo a base do sistema 103
Mato Grosso Sem Dor 105
Força-tarefa contra a fraude 106
Contratos de Performance 108

09 O Novo Turismo 111

Crédito de Juro Zero – FIT 113
A Engenharia Comercial 114
A Caça de Alto Valor 116
Chapada: Construção da Suíça Tropical 118
Pantanal: Safári das Américas 120
Cuiabá: Centro de Negócios da América do Sul 122

10 Inovar é preciso 125

Explosões debaixo da terra 129
Captura preventiva do gás 130
A simples engenharia do Cano 131
A Malha e o Fluxo Fluvial 133
A Logística de Recolhimento 134

Processamento do gás 135
Energia, Meio Ambiente, Renda e Emprego 136
Números possíveis – após fase de teste 138
Cultura do crescimento e inovação 140

11 Um Destino que Merece ser Nosso 142

Bolsa Barão: R$11,6 bilhões em renúncias fiscais 145
O Destino é Nosso – não deles 148

01

Apresentação

O Terceiro Reich tinha um plano para nós. Adolf Hitler acreditava que a América do Sul deveria se tornar para a Alemanha o que a Índia era para os ingleses: uma colônia de insumos.

O plano nazista para a América Latina previa a fragmentação do continente em cinco grandes "vice-reinados". O Brasil seria uma dessas colônias de exploração, cuja única função seria fornecer alimentos e minérios para a "Nova Europa". Para Hitler, o "homem comum" sul-americano não deveria desenvolver serviços complexos ou industrialização de ponta; ele deveria ser apenas um trabalhador da terra, produzindo o bife e o grão que alimentariam a elite ariana.

Hitler atirou contra a própria têmpora em 1945. O Terceiro Reich foi derrotado. O nosso destino, no entanto, seguiu sendo o profetizado por ele. Não pelas mãos de invasores, mas pelo empenho de nossos próprios líderes. O Brasil abriu mão de suas soberanias econômicas e tornou sua população escrava da dolarização. Na prática, criamos um sistema onde nosso setor produtivo precisa competir com o vigor do Estado chinês, enquanto nosso consumidor precisa disputar o prato de comida com o poder de compra americano.

É por isso que a Bolsa de Chicago determina o preço do frango no mercado da esquina. É por isso que Mato Grosso — o maior produtor de alimentos do país — amarga a 4ª cesta básica mais cara do Brasil. Mesmo tendo o gás natural barato na porta da fronteira e abundância de energia solar, pagamos a 3ª energia mais cara do país.

Tornamo-nos uma fazenda eficaz para alimentar o mundo, mas incapaz de transformar isso em vida boa e barata ao nosso povo. Transformaram a nossa maior virtude em um mecanismo que aumenta o nosso custo de viver.

Com medidas práticas, calculadas e prontas para serem implementadas, apresento neste livro o plano para retomar as chaves da nossa casa. Este é Nosso Outro Destino.

02

O Fôlego de uma Nova Era

Prefácio por Dr. Wagner Malheiros

Como médico pneumologista, dediquei minha vida a entender o que mantém um organismo vivo e funcional: a capacidade de respirar. Quando recebi o convite de Maurício Coelho para prefaciar este Nosso Outro Destino, percebi que ele não estava apenas escrevendo um tratado sobre economia ou logística. Ele estava, na verdade, fazendo um diagnóstico clínico do nosso Mato Grosso.

Neste livro, Maurício faz um exame de imagem preciso do nosso estado. Ele nos mostra que Mato Grosso, embora pareça um gigante saudável por fora, sofre de uma insuficiência respiratória grave: a dependência. Dependência de insumos externos, dependência da dolarização que encarece o prato de comida e dependência de um modelo mental que insiste em ver o nosso povo como mera engrenagem de um sistema de privilégios contratados.

A tese da "Ureia de Cáceres" e do gás de Vaca Muerta não é apenas uma proposta industrial; é uma ventilação mecânica para o custo de vida das pessoas. Quando Maurício propõe que produzamos aqui o que hoje imploramos aos barões da importação, ele está devolvendo o fôlego financeiro ao trabalhador. Ele está dizendo que o oxigênio da nossa riqueza não deve ser filtrado por mãos estrangeiras antes de chegar às

nossas mesas.

Mas o que mais me toca, como médico formado em universidade pública, é o conceito de Nova Educação. Maurício entende que a saúde de uma sociedade não se mede apenas pela ausência de doenças, mas pela plenitude das faculdades intelectuais de seus jovens. Substituir a "pedagogia do decoreba" pela "pedagogia da execução" é curar a cegueira de um sistema que forma para o subemprego. É dar às nossas crianças a capacidade de competir com o mundo sem precisar sair de casa.

Maurício Coelho não tem o "sobrenome" das velhas oligarquias, e talvez seja por isso que ele consiga ver o que eles não veem. Ele não escreve para as castas; ele escreve para quem sente o peso do ICMS na conta de luz e o preço do fertilizante no preço do bife.

Este livro é um convite para pararmos de respirar o ar poluído das promessas vazias e passarmos a respirar o ar puro da soberania. É uma obra corajosa, técnica e, acima de tudo, profundamente humana.

Boa leitura. Mato Grosso enfim vai voltar a respirar fundo.

03

O golpe de sorte

O "milagre" fiscal de Mato Grosso não foi mérito, foi sorte.

A receita líquida do estado de Mato Grosso saiu de pouco mais de R$18 bilhões em 2018 para alcançar R$44 bilhões em 2025. Para se ter uma ideia, em apenas um ano (de 2020 para 2021), a arrecadação de ICMS, principal fonte de receita do estado, saltou 45,5%.

A taxa média de crescimento da receita do governo foi superior a 13% ao ano. Para se bem comparar, a arrecadação do governo chinês não consegue competir com tamanha velocidade.

Crescendo a arrecadação tributária nesta velocidade, qualquer governo – sem nenhum choque de gestão – é capaz de realizar ajuste fiscal. Até porque o déficit de execução orçamentária (diferença entre despesa executada e receita executada) em 2018 era de pouco mais de meio (0,5) bilhão de reais.

Neste momento, o leitor mais desconfiado poderia argumentar: – mas o crescimento da receita não foi mérito do governo?

A resposta curta é “não”. O mérito foi da pressão cambial, da inflação e da corrida global por commodities gerada pela pandemia do COVID-19. E,

em verdade, por todos esses cenários, o poder de compra do mato-grossense diminuiu. Quem se deu bem foi o estado.

A face oculta do "ajuste"

A valorização das commodities agrícolas, principal motor da economia mato-grossense, impulsionou diretamente a bonança de estado, pois – ainda que o produto exportado e seus insumos diretos não sejam tributados – a cadeia completa de equipamentos, materiais e transportes é.

Quando Mauro Mendes assumiu o governo, em janeiro de 2019, uma saca de soja poderia ser comprada no estado por R$62. No último ano de seu primeiro mandato, a saca chegou a custar, em Mato Grosso, R$180. Sim, quase três (3) vezes mais.

O preço de 15kg de algodão em pluma era R$92 na data em que Mauro se sentou na cadeira governamental e, no último ano de seu primeiro mandato, alcançou R$256.

No mesmo período, a saca de milho no estado saiu de R$22 para R$79 e 15kg de vaca gorda saiu de R$126 para R$288.

A esta conjuntura somou-se a desvalorização cambial, um fator externo de impacto inegável. O dólar, que em janeiro de 2018 cotava a R$ 3,65, atingiu R$ 5,58 em 2021, representando uma valorização de 53% em relação ao real. Essa dinâmica cambial, embora prejudicial para o poder de compra da população em geral, foi um catalisador para as exportações agrícolas, tornando os produtos mato-grossenses mais competitivos no mercado internacional e gerando lucros extraordinários para os produtores.

O periódico Valor Econômico, em diversas análises de mercado daquele período, reconheceu que a alta do dólar foi um dos principais fatores que "salvou a economia do Brasil" durante a crise pandêmica, impulsionando o agronegócio e, consequentemente, a arrecadação de estados como Mato Grosso.

A pressão cambial também é responsável por elevação de preços, que causa um aumento nominal da arrecadação, enquanto penaliza a população local com a elevação do custo de vida.

A narrativa de "gestão eficiente" é, portanto, uma falácia conveniente para encobrir a dependência de fatores externos e voláteis, e não de políticas públicas inovadoras ou de uma administração fiscal exemplar.

A sorte de governo – que representou azar popular – foi a verdadeira arquiteta do superávit.

Ajuste Social

O único ato de ajuste fiscal realmente assumido pelo governo foi, na verdade, um “ajuste social”, cruelmente pago pelos servidores públicos do “baixo clero”.

Enquanto os cofres estaduais transbordavam com a bonança das commodities e a alta do dólar, o poder de compra dos trabalhadores do serviço público foi sistematicamente corroído. Levantamentos de sindicatos de classe, como o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT) e o Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente (SISMAPP-MT), apontam que o poder de compra dos servidores foi achatado em impressionantes 22% durante o período de "recuperação fiscal" entre 2019 e 2022. Esta redução brutal ocorreu em um contexto de inflação galopante, que, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, acumulou 10,06% em 2021 e 5,79% em 2022, devorando qualquer resquício de poder aquisitivo dos salários congelados

ou reajustados abaixo da inflação.

A narrativa oficial de "sacrifício necessário" para equilibrar as contas públicas desmorona diante dos números. A arrecadação governamental cresce, mas o governo opta por não cortar privilégios ou revisar contratos onerosos. Ajuste mesmo sobrou para o servidor comum: professores, policiais, enfermeiros, médicos e técnicos administrativos.

Obras em desastre

Se por um lado o que não dependia da ação governamental deu certo por sorte; por outro, aquilo que depende do governo vem dando errado.

A tão alardeada "eficiência" da gestão de Mato Grosso desmorona diante da realidade das obras públicas. O que deveria ser um motor de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população transformou-se em um cemitério de projetos inacabados, um monumento ao desperdício e à má gestão.

Com o acréscimo de arrecadação, o número de obras paradas deveria ter diminuído. Os relatórios do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no

entanto, demonstram que ele aumentou. Sim, temos mais obras paradas.

O Bus Rapid Transit (BRT) de Cuiabá não é apenas uma obra parada; é uma ode à má gestão, ao desperdício de recursos públicos e a idiotice profissionalizada.

Com um contrato inicial de R$ 468 milhões, o projeto, que prometia revolucionar o transporte público da capital e de Várzea Grande, transformou-se em um esqueleto urbano, um emaranhado de vias inacabadas, estações abandonadas e uma paisagem de canteiros de obras que se arrasta por anos.

A novela do BRT é longa e repleta de reviravoltas: o projeto original, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), já havia sido um fracasso retumbante, consumindo mais de R$ 1 bilhão e nunca tendo sido concluído. A transição para o BRT, anunciada com grande pompa pelo governo estadual em 2020, prometia uma solução mais rápida e eficiente.

Ocorre que o governo não consegue dar andamento efetivo às obras. E, se porventura, um dia elas acabarem, o trânsito não vai melhorar.

Não queria ser eu a dar a triste notícia: estamos gastando em vão. BRT é uma solução eficaz para

centros urbanos com vias arteriais mais largas que as cuiabanas e várzea-grandenses. Tendo, como nós, vias estreitas, a conclusão do BRT mais atrapalha que ajuda.

Sejamos honestos: a implementação do BRT na Avenida da FEB, em Várzea Grande, ou nas avenidas do CPA e Tenente Coronel Duarte, em Cuiabá, é amputação de espaço urbano. O BRT de Cuiabá e Várzea Grande não será uma solução como o BRT do Rio ou de Belo Horizonte.

A Antônio Carlos, a Pedro I e a Cristiano Machado, em BH, chegam a passar de 50, 60 metros de caixa (largura). As do Rio de Janeiro (Av. Brasil, das Américas, Ayrton Senna) são ainda maiores.

Segregar 12 ou 13 metros (duas faixas mais estação) ao BRT é vantajoso para quem tem 50 metros de largura de pista; mas parece ideia de criança para quem tem 25 ou 30 metros de muro a muro.

O que se está construindo não é transporte rápido. É o mais caro entupimento das artérias de trânsito já feito.

O Hospital Central de Cuiabá, uma obra que se arrastou por 34 anos, tornando-se um emblema do abandono da saúde pública em Mato Grosso, foi

inaugurado em dezembro de 2025. Após um investimento de R$ 500 milhões, a expectativa colocada na população era de que o equipamento trouxesse alívio para a sobrecarregada rede de saúde do estado. No entanto, o que se seguiu foi uma vergonha: apenas nove dias após a entrega oficial, o hospital alagou. A primeira chuva forte que caiu sobre a capital em janeiro de 2026 expôs a fragilidade da construção e a precariedade da execução.

Imagens e vídeos, amplamente divulgados pela imprensa local, mostraram corredores inundados, goteiras em diversas alas e equipamentos recém-instalados sob risco.

Precisamos, ainda, encarar a matemática dos fatos: o Hospital Central dificilmente operará em sua plenitude em 2026. O contrato celebrado com o Albert Einstein prevê que o Hospital esteja em operação plena após 90 dias de sua inauguração. Enquanto escrevo este capítulo, faltam apenas 30 dias para este marco e não se pode dizer que o Hospital esteja, nesse momento, sequer em 15% de sua capacidade.

O contrato prevê que 90% do pagamento mensal de cerca de R$35 milhões são para custeio fixo, apenas 10% do pagamento é submetido a variáveis. Claramente, há pouco incentivo contratual para que a

operação seja realizada em seu limite.

O Parque Novo Mato Grosso começou, em 2021, com um projeto que estimava gastar R$150 milhões. O Parque, que seria entregue em dois anos, segue em obras e a estimativa é de custar R$1,5 bilhão aos contribuintes (dez vezes mais).

Em meio às muitas críticas pelo aumento dos custos e interminável arrastar das obras, o governo inaugurou o Autódromo Internacional do parque.

O autódromo foi concebido com a ambição de sediar grandes eventos automobilísticos e, em novembro de 2025, sediou etapas da Stock Car.

Um vendaval varreu boa parte das estruturas que o governo chamou de “provisórias”. Não era um furacão. Não era um ciclone. Era vento. E o vento derrubou uma arquibancada recém-construída, ferindo pessoas que trabalhavam no local. O incidente, amplamente noticiado pela imprensa, escancarou as falhas estruturais de um projeto que tem custado muito caro.

Em uma tentativa de esquecer a vergonha causada pelo vento, o governo de Mato Grosso contratou o cantor Gusttavo Lima para realizar um show na inauguração da “Arena Show” do Parque.

O palco desabou.

O evento, que era gratuito, contava com camarotes – igualmente gratuitos. O povo assistia ao evento na pista e os amigos endinheirados do poder assistiam tudo da área VIP, sem precisar pagar por ela.

A obra no Portão do Inferno, um dos cartões-postais da Chapada dos Guimarães, e um trecho crítico da MT-251, é um exemplo cabal da irresponsabilidade ambiental e da má gestão de recursos públicos. Orçada em R$ 29,5 milhões, a intervenção visava a duplicação da via e a estabilização de encostas em uma área de fragilidade geológica notória. O projeto foi iniciado sem um estudo de impacto ambiental completo, ignorando os alertas de geólogos e especialistas sobre a instabilidade da formação rochosa de arenito. A decisão de iniciar a obra por decreto de emergência, em meados de 2024, levantou suspeitas e contornou os ritos burocráticos necessários para obras em áreas de preservação ambiental.

Os alertas se confirmaram. A obra, que incluía cortes profundos na rocha e movimentação de terra, gerou mais transtornos do que soluções. Deslizamentos de terra, interdições da via e riscos à segurança dos motoristas foram constantes por quase

um ano, conforme noticiado por veículos da imprensa. A pressão dos órgãos fiscalizadores e da sociedade civil levou à decisão final de abandonar a duplicação e optar pela construção de um túnel, uma solução mais complexa e cara, mas geologicamente mais segura. No entanto, os R$ 29,5 milhões já gastos na fase inicial, somados aos transtornos e ao desmatamento provocado, tornam a obra do Portão do Inferno um símbolo da imprudência, do desperdício e da falta de respeito ao meio ambiente e ao dinheiro público. A "emergência" foi, na verdade, uma desculpa para a ineficiência.

O crime

O vácuo do Estado em Mato Grosso, evidenciado pela negligência em áreas fundamentais como segurança pública e desenvolvimento social, criou um terreno fértil para o avanço implacável do crime organizado. Os dados são alarmantes e revelam uma perda de controle territorial sem precedentes: 92 dos 142 municípios de Mato Grosso estão sob controle ou forte influência de facções criminosas como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Dos 20 municípios mais violentos da Amazônia Legal, 6 estão em Mato Grosso.

A presença dessas facções não se limita às periferias das grandes cidades; ela se estende a áreas rurais e de fronteira, onde o agronegócio e a riqueza gerada servem como fachada para atividades ilícitas. As rodovias federais que cortam o estado, como as BRs 163 e 364, vitais para o escoamento da produção de grãos, tornaram-se corredores estratégicos para o narcotráfico, o contrabando de armas e o transporte de dinheiro sujo. O crime organizado não apenas controla rotas, mas também impõe sua lei em comunidades, extorquindo comerciantes, recrutando jovens e oferecendo uma "justiça" paralela onde o Estado falha. A inação do governo, que prioriza a propaganda da "eficiência" em detrimento de investimentos reais em inteligência policial, efetivo e políticas sociais, permitiu que o poder paralelo se instalasse, comprometendo a segurança e a soberania do estado.

Mato Grosso, com sua extensa e porosa fronteira com a Bolívia, emergiu como o epicentro do narcotráfico na Amazônia Legal. Em 2024, o estado registrou a maior apreensão de cocaína de toda a região: 23 toneladas, um volume estarrecedor que demonstra a escala do problema e a fragilidade da

vigilância. Estes dados, divulgados pela Polícia Federal em seus relatórios anuais e amplamente noticiados pela imprensa (como o Fantástico e o G1), são apenas a ponta do iceberg de um fluxo constante de drogas que atravessa as fronteiras. A Bolívia, que se tornou um dos maiores produtores de cocaína do mundo, utiliza Mato Grosso como principal corredor de entrada para o Brasil e para o mercado internacional.

A falta de investimentos em segurança de fronteira, a deficiência de efetivo policial e a corrupção em alguns setores facilitam a atuação das organizações criminosas. Além da cocaína, o tráfico de skunk, uma forma mais potente de maconha, mais que dobrou nas rodovias federais que cortam o estado em 2024, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF). As BRs 163, 364 e 174, que ligam o estado a outras regiões do Brasil, são utilizadas para o transporte de entorpecentes, armas e dinheiro ilícito. O crime organizado se beneficia da vasta extensão territorial, da baixa densidade demográfica em áreas de fronteira e da falta de coordenação entre os órgãos de segurança. A "eficiência" da gestão não se traduz em segurança para os cidadãos, que vivem sob a ameaça constante do crime organizado e da violência associada ao tráfico de drogas.

A grilagem de terras, uma chaga histórica na região, ganhou uma nova e perigosa dimensão em Mato Grosso: a institucionalização e a violência do crime organizado. O Comando Vermelho (CV), consolidado nas cidades e nas rotas do narcotráfico, agora estende seus tentáculos para o campo, utilizando a grilagem como uma de suas estratégias de controle territorial e lavagem de dinheiro. O modus operandi é brutal: facções criminosas expulsam pequenos produtores e posseiros de suas terras, utilizando a violência, ameaças e até assassinatos para consolidar o domínio de vastas áreas.

Essas terras griladas não são apenas usadas para a exploração ilegal de madeira ou garimpo. Elas servem como base para o plantio de maconha, para a criação de pistas de pouso clandestinas para o tráfico de drogas e, crescentemente, para a lavagem de dinheiro através da pecuária ou de empreendimentos agrícolas de fachada. O CV, em particular, tem se mostrado especialmente agressivo na aquisição ilegal de terras, aproveitando-se da fragilidade fundiária da Amazônia Legal e da ausência do Estado em regiões remotas.

O assunto é grave. O controle territorial do crime organizado no campo é uma ameaça direta à soberania nacional, à segurança alimentar e à vida dos trabalhadores rurais.

O governo de Mato Grosso assistiu ao crescimento do crime nos últimos anos e, quando resolveu reagir, usou como arma os outdoors. Nos outdoors de propaganda do governo que estão espalhados pelo estado, a segurança funciona.

Saúde na UTI

A saúde pública em Mato Grosso sangra por uma ferida aberta na sua base: a Atenção Primária. O Conselho Regional de Medicina (CRM-MT) não hesita em denunciar um "verdadeiro desmonte" das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) em Cuiabá, um cenário de precariedade que condena a população a um sofrimento desnecessário e sobrecarrega um sistema já fragilizado.

O descaso é visível nas obras paralisadas. As UBSs 3 e 4 do bairro Pedra 90, por exemplo, agonizam em reformas que se arrastam há oito longos anos, transformando a promessa de cuidado em ruínas e a esperança em frustração. Essa negligência estrutural tem um custo humano altíssimo: pacientes esperam até três anos pela realização de exames básicos, transformando diagnósticos simples em sentenças de agravamento.

O desmanche da saúde básica não é uma verdade apenas na capital, também se espalha por todo o interior.

A falha na base, onde problemas deveriam ser identificados e tratados precocemente, cria um efeito cascata devastador. Doenças simples, não atendidas a tempo, evoluem para quadros complexos, exigindo intervenções de alta complexidade. O resultado é a sobrecarga dos hospitais, o inchaço das filas de espera e um sistema ineficiente e oneroso, que gasta mais para remediar do que para prevenir.

O estado trabalha para diminuir filas cirúrgicas, enquanto a fila por consultas e por exames (que possibilitam o diagnóstico e o tratamento), segue muito alta.

A calamidade na saúde pública de Mato Grosso atingiu um ponto de não retorno, forçando a Assembleia Legislativa do Estado (ALMT) a abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde em fevereiro de 2026, para investigar fraudes e irregularidades.

Enquanto prefeituras têm dificuldade de manter o atendimento à saúde na ponta, o governo do estado passou anos alegando que estava construindo os hospitais que solucionariam o problema. Um problema

que é, principalmente, de atendimento básico e que é imediato.

A dor não espera pelos projetos de longo prazo. Quando alguém se acidenta, nós não o levamos para ser cuidado em um canteiro de obras.

A construção de estruturas hospitalares futuras não é desculpa para o descaso no hoje. A construção de serviços de alta complexidade não é motivo para dar de ombros à saúde básica. Ainda mais quando se nota, pelas elaborações contratuais, que hospitais serão inaugurados, mas existem poucos incentivos para que sejam colocados em pleno funcionamento.

As evidências que trouxeram a necessidade de abertura da CPI demonstram que a saúde está loteada e que atender o paciente da forma que ele precisa e quando ele precisa não é a prioridade.

O Fim da Sorte

A bonança das commodities, o ciclo de sorte que encheu os cofres de Mato Grosso por anos, chegou ao fim.

O preço da soja, milho, algodão e carne recuaram no mercado internacional.

O orçamento previsto para 2026, na LOA, é menor que a receita líquida de 2025.

A sorte já não vai mais bastar. Agora, é preciso renunciar à arrogância governamental para dar início ao Nosso Outro Destino.

04

Choque de comida, energia e combustível baratos

Saúde, educação, segurança, cultura e lazer: nos falam sobre isso o tempo todo, sempre com as mesmas soluções vazias. Dizem que vão melhorar atendimento, aumentar efetivo de profissionais, etc.

O que sempre passa despercebido ao debate público, no entanto, é que a relação entre a renda média e o custo de vida é o problema mais sensível do Brasil.

O problema é tão grave que falar em comida e energia baratas parecem promessas celestiais. Contudo, pela primeira vez, você verá um plano factível e matemático para entregar ao povo mato-grossense a comida barata e a energia barata que merecem.

Cuiabá registrou a 4ª cesta básica mais cara do Brasil em dezembro de 2025, custando R$ 791,29, segundo o DIEESE. Este dado, no coração do maior produtor de alimentos do país, clama por uma reorientação estratégica.

Nossos cidadãos competem em dólar com o consumidor de Nova York ou Berlim pelo mesmo bife e pelo mesmo grão. A Bolsa de Chicago determina o preço do frango no mercado da esquina, sobrepondo-se à lógica da oferta e demanda local. Esta dinâmica impõe uma inflação importada, onde a valorização internacional de commodities eleva

diretamente o custo de vida local, apesar da abundância produtiva.

Mato Grosso, líder nacional na produção de soja e milho, assiste seus habitantes pagarem caro pela comida que eles mesmos produzem. Somos o celeiro do mundo, mas a nossa maior virtude, a capacidade produtiva, transformou-se em um mecanismo que aumenta o custo de viver da nossa população. Somos eficazes em alimentar o mundo, mas ineficazes em traduzir essa eficiência em vida boa e barata para nosso próprio povo. Este modelo, insustentável, exige mudança programática.

A dolarização do agronegócio, embora apresentada como um fator de competitividade internacional, atua como um mecanismo perverso de encarecimento interno. A paridade de exportação determina que o preço do grão produzido em Mato Grosso seja balizado pelo valor FOB (Free On Board) nos portos, convertido para reais pela taxa de câmbio. Assim, mesmo que o custo de produção seja em reais, o preço de venda é ditado pelo mercado global, em dólar, que estabelece o valor de referência para o produtor e, consequentemente, para o consumidor final.

Este mecanismo faz com que qualquer valorização do dólar frente ao real eleve instantaneamente o preço dos alimentos no mercado interno, mesmo sem alteração de oferta e demanda.

O Nosso Outro Destino não se trata de penalizar o produtor para que o consumidor acesse produtos mais baratos. As ações programáticas aqui apresentadas, na verdade, favorecem o produtor e geram produtos baratos ao consumidor final.

Não é mágica. É a chave que podemos girar ao conseguirmos gás natural barato e uma política pública orientada à distribuição dessa vantagem competitiva.

O gás mais caro do mundo

A soberania alimentar brasileira tem pés de barro: somos os produtores de nossos grãos e proteínas, mas não somos nós quem produzidos o fertilizante que abastece o campo.

O gás natural é a principal matéria-prima de amônia e ureia, e seu custo representa 70-80% dos custos operacionais para a produção desses fertilizantes.

No Brasil, a Petrobrás vende gás natural às distribuidoras por preços entre US$10 e US$12/MMBtu. O preço médio do gás natural para a indústria atinge US$20/MMBtu, segundo dados da CNI de abril de 2025. Este valor é 10 vezes superior ao praticado nos Estados Unidos, onde o gás custa US$2/MMBtu, e o dobro do preço europeu.

Para as empresas, o gás brasileiro é o mais caro do mundo. Tal disparidade inviabiliza qualquer tentativa de industrialização. É preciso lembrar que países não se industrializam em razão do tamanho de suas populações ou pela proximidade inicial com o mercado consumidor, conforme defende muitos. O processo de industrialização começa sempre com a obtenção de energia barata – esta é a vantagem competitiva de base, em cima da qual as demais são empilhadas.

A Revolução Industrial Inglesa (historicamente chamada de Primeira Revolução Industrial) nasceu em razão da obtenção elevada de carvão mineral, que alimentou as máquinas a vapor.

O custo exorbitante de nosso gás natural inviabiliza a competitividade da indústria nacional, especialmente a de fertilizantes.

Cerca de US$ 9 do preço final de US$ 20/MMBtu são compostos por custos de escoamento e processamento, que poderiam ser reduzidos a US$ 2.

A Rússia é um dos maiores produtores de fertilizantes do mundo. O gás russo é abundante e barato. A extração acontece em poços onshore (em terra), enquanto o gás brasileiro é obtido no pré-sal.

Evidentemente, é muito mais barato e menos arriscado furar um poço na Sibéria do que extrair gás offshore a 300km da costa brasileira, tendo ainda de enfrentar 2km de profundidade de lâmina d'água e mais 2km de sal.

O CapEx (despesa de capital) necessário para extrair gás natural no Brasil é, sem dúvidas, muito superior ao necessário para a mesma extração na Rússia.

Há, contudo, uma singularidade: enquanto na Sibéria se fura poços de gás natural de onde se extrai gás natural, o pré-sal brasileiro entrega o gás como uma espécie de brinde. A nossa elevada despesa de capital não foi assumida para se obter gás natural, mas para se buscar petróleo. Os poços do pré-sal, no entanto, entregam o gás junto do óleo.

A precificação de nosso gás, portanto, tem menos a ver com a despesa de capital e mais com política de preços. No Brasil, adotamos a seguinte política: verificamos quanto custaria para trazer o gás natural norte-americano para cá em cilindros navais e realizamos a venda por um valor que seja competitivo em relação a este.

As Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (FAFENs) da Petrobras na Bahia e em Sergipe, por exemplo, hibernaram entre 2019 e 2020 justamente porque o gás brasileiro era caro demais para a produção ser competitiva. Uma tonelada de ureia custa 37 vezes o preço por tonelada de gás natural. Com o gás a US$ 20/MMBtu, o preço da ureia se torna inviável para o produtor rural.

Comparado a grandes produtores de fertilizantes, o Brasil se encontra em desvantagem crítica. Enquanto a Rússia e o Catar produzem gás a custos inferiores a US$ 3/MMBtu, e Trinidad e Tobago se beneficia de custos abaixo de US$ 4/MMBtu, o Brasil, com seus US$ 20/MMBtu, inviabiliza a competitividade de qualquer planta de fertilizantes. Esta discrepância de custo da matéria-prima explica por que 85% dos fertilizantes consumidos no país são importados, apesar do agronegócio ser um pilar da economia.

Vaca Muerta

Mato Grosso possui uma empresa pública de gás, a MTGás. Atualmente, ela se dedica a comprar o gás boliviano, transportá-lo nos gasodutos da GasOcidente e revender no mercado interno, visando abastecer o consumo veicular (GNV) e o consumo da indústria do distrito industrial de Cuiabá.

Como o consumo é baixo, já que Mato Grosso é pouco industrializado, a MTGás passou a realizar venda de seu excedente para outros estados brasileiros.

Estar próximo à fronteira, ter os canos e ter uma empresa de gás pública nunca trouxe grandes vantagens ao consumidor local. O GNV em Cuiabá, por exemplo, costuma ser mais caro que o GNV no Rio de Janeiro.

A Bolívia costumava ser uma grande exportadora de gás natural, alimentando a demanda brasileira e argentina. Acontece que, nos últimos anos, suas reservas de gás começaram a cair muito aceleradamente, o que causou preocupação no país e deu início a um freio nas exportações da molécula.

Apesar dos acordos entre Mato Grosso e Bolívia,

comprar o gás boliviano hoje está mais difícil e, frequentemente, mais caro. O preço do transporte por canos bolivianos também subiu, já que a Bolívia vem convertendo a sua atuação de produtor para operador logístico do gás.

Na prática, a MTGás paga cerca de US$10 a US$11/MMBtu na molécula + transporte. A vantagem de custo é muito pequena em relação ao preço que a Petrobrás vende seu gás aos outros distribuidores.

Em 2010, no entanto, a Argentina descobriu a segunda maior reserva de gás de xisto do planeta. Vaca Muerta, um campo de petróleo e gás que fica ao sul da Argentina (na bacia de Neuquén), transformou o país argentino de importador de gás para exportador.

Havia, contudo, um problema estrutural: a infraestrutura de canos da Argentina estava preparada para descer gás do norte para o sul, já que a Argentina costumava comprar o gás boliviano. Não havia, assim, estrutura para subir o gás.

Somente em 2025 o gás argentino conseguiu chegar ao norte com pressão e volume. E, ao chegar ao norte, o gás consegue entrar em canos bolivianos para acessar o Brasil.

A Petrobrás já iniciou testes de importação, usando o Gasbol, uma estrutura de gasodutos que entra no Brasil por Corumbá – MS.

O custo do gás convencional argentino na boca do poço em Vaca Muerta é de apenas US$ 2,5/MMBtu para o primeiro trimestre de 2025, conforme BMV/CGC Energy. Este preço é significativamente inferior ao que se pode obter no Brasil – mas, ao pagar o custo de boca do poço, é preciso ainda processar e transportar a molécula.

Vaca Muerta não é uma promessa, mas uma realidade em escala. A Tecpetrol, operadora do campo Fortín de Piedra, tem uma produção atual de 24,6 MMm³/dia, com potencial para 40 MMm³/dia por 20 anos. As reservas de Vaca Muerta são estimadas para gerar US$ 30 bilhões em exportações anuais até 2030, demonstrando a escala e a sustentabilidade da oferta. A CGC obteve extensões de contratos do Plan GasAr com um preço regulado de US$ 3,46/MMBtu em dezembro de 2022.

Mesmo considerando o preço firme futuro estimado de US$ 5,5-6,0/MMBtu na fronteira Argentina-Bolívia, o gás de Vaca Muerta apresenta um custo substancialmente menor.

A Petrobrás já percebe essa oportunidade de compra e, provavelmente, importará grandes quantidades de gás, passando por Corumbá, para vender ao mercado interno com boa margem de lucro, na medida em que a empresa tem preferido usar o gás do pré-sal em reinjeções (devolução do gás ao poço para criar pressão excedente que obriga o petróleo a subir mais rapidamente).

Mato Grosso, porém, não precisa comprar o gás com a Petrobrás. Podemos negociar os nossos próprios acordos com os Argentinos e entrar com o gás por Cáceres, passando pela Bolívia.

Vaca Muerta é muito produtiva e, por isso, as empresas que operam seus campos necessitam de grandes contratos de compra, com estabilidade de demanda futura. O maior produtor de alimentos do Brasil, ávido por fertilizantes e desejoso por iniciar seu ciclo industrial, tem a capacidade de assinar contratos desse tipo, fazendo com que o gás natural chegue em Cáceres por volta de US$6,5 a US$7/MMBtu.

Hub de Fertilizantes

Cáceres se estabelece como um ponto estratégico para a soberania energética e agrícola de Mato Grosso, graças ao Gasoduto Lateral Cuiabá (GasOcidente). Este gasoduto, com 267 km em território brasileiro, conecta a fronteira boliviana (San Matías) a Cáceres e Cuiabá, com capacidade de 2,8 MMm³/dia (1,02 bcm/ano).

A EPE indica que a viabilidade competitiva no Brasil para produção de fertilizantes começa quando o gás natural pode ser acessado por US$ 7,7/MMBtu.

A matemática da competitividade é avassaladora: se o gás natural de Vaca Muerta chega a Cáceres a US$ 7/MMBtu, o custo da molécula para produzir uma tonelada de ureia, que demanda cerca de 25 MMBtu de gás (em uma planta de eficiência média-alta e que use 80% do gás como matéria-prima e 20% como combustível), seria de aproximadamente US$ 175. Somando outros custos operacionais e de capital, a ureia poderia ser produzida e comercializada (por empresa pública, sem fins lucrativos) por cerca de US$ 320 a tonelada, na porta da fazenda.

A ureia russa está custando (no momento em que escrevo este capítulo e com as tensões no Mar

Vermelho) US$450 a tonelada. Na Rússia. FOB. No mercado brasileiro, já importada, chega a custar US$650 a US$800 a tonelada. Mesmo grandes grupos, com rotas otimizadas e compras em escala, não conseguem escapar de pagar, pelo menos, US$620 a US$650 por uma tonelada de ureia.

O fertilizante barato, produzido por empresa pública em Cáceres, com gás natural da Vaca Muerta, é a grande chave para a conquista da verdadeira soberania alimentar e dos acordos que vão gerar a comida barata.

Acordos de Proteção

O custo do fertilizante representa quase 35% dos gastos anuais do produtor de soja em Mato Grosso. Para a safra 2026/27, o custo de fertilizantes para soja é de R$1.413,58/hectare, totalizando 34% do custeio total de R$7.657,89/hectare (IMEA). A ureia CIF São Paulo custava R$ 3.550/tonelada em julho de 2025, um valor que corrói a margem do produtor e encarece o alimento na ponta.

A proposta de Acordos de Proteção opera como uma engrenagem econômica inteligente, não como um subsídio cego. O Estado cria uma Empresa Pública

de Fertilizantes em Cáceres, oferecendo o insumo a preço de custo operacional, impulsionado pelo gás natural barato de Vaca Muerta. Em troca, o produtor rural assina um compromisso contratual: ele vende uma pequena fatia de sua produção, entre 10% e 15%, com um desconto fixo para o mercado interno mato-grossense.

O restante de sua safra, mais de 85%, permanece livre para ser exportada a preço de mercado internacional, em dólar. A matemática da vantagem é clara: o custo operacional (fertilizante, energia, combustível) incide sobre 100% da produção. O fertilizante vendido a metade do preço significa uma economia total de 18% ao produtor.

Vamos à matemática detalhada. O custo de fertilizante para soja em MT na safra 2026/27 é de R$1.413,58/hectare. Com o nosso fertilizante, o custo seria de aproximadamente R$700/hectare para o produtor. Em troca, o produtor se compromete a vender, digamos, 10% de sua produção com um desconto de 50% para o mercado interno.

Considerando uma produtividade média de 60 sacas/hectare, e um preço médio de R$ 110/saca, 10% da produção equivale a 6 sacas. Com um desconto de 50%, o "sacrifício" do produtor seria de R$55 por saca e,

em sendo 6 sacas por hectare, isso totalizaria R$ 330/hectare. No entanto, o ganho de eficiência no custo total compensa — e muito — a redução da margem nessa pequena parcela vendida localmente. O ganho líquido para o produtor seria de R$ 700 - R$ 330 = R$ 370/hectare. O ganho médio do produtor (desconsiderando custo da terra e do capital) que era, nesta configuração de preços, de R$2.400 por hectare chegaria a R$2770 por hectare.

Esta mesma lógica vale para outros grãos (como o milho) e para seus derivados, como o etanol de milho.

Este modelo, que vincula incentivos governamentais a compromissos de abastecimento interno, não é uma novidade no cenário global. Nos Estados Unidos, o "Farm Bill" oferece subsídios e seguros agrícolas aos produtores, que, em troca, contribuem para a estabilidade do abastecimento de alimentos no país. Na União Europeia, a Política Agrícola Comum (PAC) também condiciona apoios financeiros à produção para o mercado interno e à manutenção da segurança alimentar, demonstrando a viabilidade e eficácia de tais contratos.

Até mesmo a Bolívia, um país vizinho, cria mecanismos que garantem que a exportação seja do excedente de produção, de forma que o mercado

interno não tenha de competir em preços com o mercado externo.

Efeito Cascata

A verdadeira mágica econômica dos Acordos de Proteção reside na sua capacidade de gerar uma cascata de descontos, propagando o benefício por toda a cadeia produtiva. A primeira peça dessa engrenagem é o produtor de grãos, que, ao acessar o fertilizante de Cáceres com desconto real, vende uma fatia de sua produção com desconto para o mercado interno. Esse milho e essa soja mais baratos se tornam insumo fundamental para a próxima etapa.

A segunda peça é o produtor de proteína animal, seja de frango, suíno ou gado de corte. Mato Grosso é um gigante na produção de proteína: o estado produz 2,3 milhões de toneladas de carne bovina por ano, 1,2 milhão de toneladas de carne de frango e 250 mil toneladas de carne suína. Para ter acesso a esse milho e farelo de soja mais baratos, frutos do desconto do primeiro produtor, ele também assina seu Contrato de Soberania. Ele recebe o insumo a custo reduzido e, em contrapartida, compromete-se a entregar uma parcela da carne, do leite ou dos ovos com desconto no balcão

do supermercado local.

O mesmo ocorre com fabricantes de ração, biscoitos ou até mesmo etanol.

Essa sequência de compromissos garante que o desconto concedido pelo Estado no fertilizante se propague, multiplicando o efeito do preço baixo. Grão barato leva a ração barata, que resulta em carne barata e, finalmente, em um prato de comida mais acessível para o consumidor mato-grossense. São os Acordos de Proteção funcionando em cascata para garantir comida na mesa a preços baixos.

O consumidor final, ao encontrar esses produtos com preços reduzidos nos supermercados, se beneficia diretamente. O desconto que começou na fábrica de fertilizantes se materializa em alimentos mais acessíveis, combatendo a inflação e aumentando o poder de compra da população. Este modelo garante que a riqueza do campo não fique retida em poucos elos da cadeia, mas seja distribuída, fomentando um ciclo virtuoso de prosperidade.

É preciso lembrar: não basta ter gás barato, é preciso transformá-lo em fertilizante barato; mas não basta ter fertilizantes baratos, é preciso garantir que os descontos gerados cheguem ao final da ponta, por meio de Acordos de Proteção.

O Círculo Virtuoso da Energia

A presença de gás natural barato em Cáceres e Cuiabá não impacta apenas os fertilizantes; ela atua como um grande barateador da matriz energética regional, criando um círculo virtuoso.

O gás serve para alimentar termelétricas que vão baratear o custo da energia na casa dos mato-grossenses.

O combustível dos carros também ficará mais barato, com GNV de baixo custo e etanol vendido a desconto por meio dos Acordos de Proteção, no estado que domina 69% da produção de etanol de milho do Brasil.

Fazer com que, em Mato Grosso, o preço do etanol seja descolado do preço da gasolina, vai gerar economia e qualidade de vida para as famílias.

O resultado é uma redução real de cerca de 30% em custos sensíveis, como alimentação, energia e transporte. Este ecossistema de baixo custo, impulsionado pelo gás, transforma Mato Grosso em uma potência energética e produtiva.

Essa nova matriz de custos é campo fértil para a industrialização pesada e a criação de serviços complexos – que elevará a renda média, ao mesmo passo que o custo de vida diminui.

05

Choque do Aluguel Barato

Imagine acordar e descobrir que o maior peso do seu orçamento — o aluguel — está 30% mais barato. Não é um sonho; é uma intervenção estratégica de mercado, concebida para redefinir a lógica da moradia em Mato Grosso. Este capítulo revela, real por real, como podemos virar a chave da habitação.

O despejo invisível

Em Mato Grosso, mais de 400 mil famílias vivem sob o aluguel, gastando em média 30% de sua renda mensal apenas para ter um teto e vendo, com frequência os valores subirem mais rápido que a sua renda. Este é o "despejo invisível": uma expulsão lenta e silenciosa para a periferia, ditada pela brutalidade dos preços. A cada reajuste, a cada renovação de contrato, milhares de trabalhadores são empurrados para longe de seus empregos, escolas e redes de apoio.

O ciclo é perverso e autoalimentado. O trabalhador, buscando moradia mais barata, é forçado a viver em bairros distantes, sem infraestrutura adequada. Isso aumenta seu tempo e custo de deslocamento, diminuindo sua qualidade de vida e produtividade. Ao mesmo tempo, a demanda por moradia nas áreas centrais e bem servidas se mantém alta, alimentando

a especulação e a escalada de preços. Cuiabá, por exemplo, viu o aluguel médio saltar 14,61% em 2025, atingindo R$ 46,31/m², um valor insustentável para a maioria da população.

A situação não é exclusiva da capital. Em Várzea Grande, um apartamento de dois quartos com 57m² custa R$ 1.450 por mês. Em Rondonópolis, a mesma tipologia em uma região central chega a R$ 1.238,89. Sinop e Sorriso, cidades em pleno crescimento e com economias pujantes, apresentam médias de aluguel de R$ 2.622 e R$ 1.979, respectivamente, para apartamentos de dois quartos. Esses valores são incompatíveis com os salários de grande parte da força de trabalho, que se vê obrigada a comprometer parte exagerada de sua renda ou a se afastar cada vez mais dos centros urbanos, vivendo um nomadismo forçado e sem dignidade.

A discrepância é ainda mais gritante em cidades como Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. Em Lucas, uma casa em condomínio de 106m² pode custar R$ 3.500 por mês. Em Nova Mutum, impressionantes 44,7% da população vive de aluguel, evidenciando a fragilidade habitacional dessas economias em expansão. Este cenário de aluguel exorbitante e constante pressão financeira cria um ambiente de insegurança e instabilidade generalizado. As famílias

nunca conseguem planejar o futuro, pois o custo da moradia é uma variável incontrolável, devorando a capacidade de poupança e investimento pessoal.

A cada ano, o reajuste dita se permanecerão no bairro, se precisarão mudar de cidade ou se, em casos extremos, se juntarão às 65 mil famílias de baixa renda mato-grossenses que não possuem moradia adequada. Este sistema não apenas penaliza o esforço, mas descapitaliza o trabalhador, minando sua capacidade de construir patrimônio e ascender socialmente. A moradia, que deveria ser um pilar de estabilidade, transforma-se em um fardo financeiro que corrói a qualidade de vida e a esperança.

O "despejo invisível" não é apenas uma questão econômica; é um problema social e urbano profundo. A segregação espacial se acentua, com os mais vulneráveis sendo empurrados para as periferias desprovidas de serviços. Isso gera cidades fragmentadas, onde o tempo gasto em deslocamento consome horas de vida e os laços comunitários se enfraquecem. A dignidade da pessoa humana é corroída quando o direito fundamental à moradia se torna um luxo inatingível, ditado por uma lógica de mercado cruel e sem freios.

Políticas habitacionais x Aluguéis caros

As políticas habitacionais Brasileiras são importantes, mas fracassam quando o assunto é o preço do aluguel. O foco quase exclusivo na casa própria, via programas de subsídios ou doações, não conseguiu sequer arranhar a crise dos aluguéis caros.

Programas habitacionais focados na aquisição de imóveis auxiliam que uma parcela importante e necessitada da população acesse moradia própria. Ainda assim, uma fatia relevante das famílias possui renda que ultrapassa as faixas necessárias para receber subsídios e créditos governamentais, mas isso não significa que sejam ricas e nem mesmo que tenham condições de comprarem os imóveis em que vivem. Dessa forma, executar estratégias para diminuir o custo dos aluguéis e possibilitar melhor qualidade de vida às famílias é função governamental.

Aproximadamente 425 mil famílias (35% da população) em Mato Grosso vivem em moradias alugadas. Dentre essas, cerca de 70 mil famílias estão na faixa de 4 a 10 salários-mínimos, um segmento crucial da sociedade. Elas são "ricas demais" para os programas sociais de moradia, pois ultrapassam os

tetos de renda, mas "pobres demais" para comprar um imóvel nos preços atuais do mercado.

Essa parcela da população, que inclui professores, enfermeiros, policiais, pequenos empresários, técnicos e profissionais liberais, está presa em um limbo. São a espinha dorsal da economia, mas são as mais penalizadas pela especulação imobiliária. O mercado as exclui da compra, e o Estado as exclui do auxílio, criando uma lacuna social e econômica. O fato de essas famílias estarem no aluguel gera também um segundo problema social: a pressão de suas rendas no preço e na disponibilidade dos imóveis de aluguel, sobrecarregando ainda mais aqueles que possuem perfil de renda mais baixo.

O Choque do Aluguel barato mira em uma solução voltada a este recorte social, de forma que todo o mercado de aluguéis residenciais é descomprimido junto.

Estoque público estratégico

A matemática da moradia é simples e implacável: se o Estado detém um estoque relevante de moradias de qualidade, ele passa a ditar o teto do mercado. O Choque do Aluguel Barato propõe a criação de uma

Empresa Pública de Habitação, robusta e eficiente, com a missão de construir e gerenciar milhares de unidades habitacionais de alto padrão. Moradias que não apenas atendam às necessidades básicas, mas que ofereçam conforto, segurança e uma infraestrutura urbana completa, tornando-se referência de qualidade.

Viena, a capital austríaca, é um farol para essa estratégia. Lá, 43% de todo o estoque habitacional é social, e impressionantes 25% da população vivem em apartamentos municipais. O modelo "Gemeindebau", com 220 mil apartamentos geridos pela Wiener Wohnen, não é apenas uma política social; é uma intervenção econômica que gera uma economia anual de €670-770 milhões para os inquilinos, liberando renda para consumo e outras despesas. Isso é o Estado atuando como regulador, não apenas como provedor de subsídios.

Em Viena, o processo de construção envolve concursos de arquitetura para garantir a qualidade do design e a funcionalidade dos espaços. A manutenção é impecável, e as regras de convivência são claras e aplicadas, garantindo um ambiente de alta qualidade para todos.

Nosso foco inicial será as 70 mil famílias que alugam na faixa de 4 a 10 salários-mínimos. Para criar um choque de oferta e reverter a lógica do mercado, bastaria a construção de 10 mil moradias de alta qualidade, projetadas especificamente para este segmento. Ao oferecer um aluguel justo e bem localizado, com descontos significativos – até 60% do valor de mercado – o Estado força os proprietários privados a uma dura realidade: reduzir seus preços para evitar a vacância. Este é um poder de barganha incomparável que o Estado pode exercer.

Compatibilidade de preços

10 mil habitações é um estoque baixo para criar balizas de mercado, quando olhamos para o mar de 425 mil moradias de aluguel.

No entanto, 10 mil habitações representam 15% das quase 70 mil habitações alugadas por famílias com renda entre 4 e 10 salários-mínimos. Ao focar nesse recorte, é possível gerar impacto de preços nesse mercado.

O impacto gerado nesse mercado cairia como cascata nas casas mais baratas, porque o mercado imobiliário funciona por referência. Quando todos os

imóveis superiores encostam no preço dos imóveis inferiores, estes precisam reajustar para baixo as suas tarifas.

Imagine que a empresa pública ofereça um apartamento de 70m² com dois quartos, em um Bairro Modelo com todas as comodidades e segurança, por R$ 1.000. Se uma família hoje paga R$ 2.500 de aluguel por um apartamento similar no bairro X, com renda de R$ 8.000, ela seria imediatamente atraída pela oferta de aluguel público. O proprietário do imóvel privado, para não perder seu inquilino ou para evitar a vacância, seria forçado a baixar seu preço. Para competir, ele teria que reduzir o aluguel, por exemplo, para R$ 1.800, gerando uma economia de R$ 700 para a próxima família que o alugasse.

Essa redução, replicada em milhares de imóveis, geraria uma queda generalizada nos aluguéis em toda a cidade. O custo de oportunidade se altera drasticamente. A moradia mais simples, localizada em bairros menos estruturados, perde sua base de preço, pois a referência de valor foi redefinida. O mercado inteiro é forçado a se reajustar para baixo, desregulando a especulação e beneficiando todos os inquilinos, não apenas os contemplados diretamente pelo programa.

Essa lógica se estende geograficamente, com um efeito de compatibilidade de preços. Com projetos nas cidades-polo — Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Cáceres — o preço no interior também tenderia a cair. Um desconto de 60% no aluguel oferecido pela empresa pública em seu estoque em uma dessas cidades pode gerar uma redução de 30% no mercado local e de 15-20% nas cidades vizinhas, que competem por mão de obra e moradores.

É a força da oferta pública usando os mecanismos de oferta e demanda a favor do homem-comum.

O autofinanciamento

O modelo usado para criar o Choque do Aluguel Barato não é um peso para os cofres públicos; ele é autofinanciável e gera valor.

O Estado, por meio de sua Empresa Pública de Habitação, assume o papel de um gestor de ativos inteligente. A estratégia é clara: o Estado financia a construção de uma avenida estruturante municipal. Em troca desse investimento em infraestrutura, recebe as áreas adjacentes à nova avenida, através de um mecanismo de permuta ou desapropriação com justa

indenização, capturando a valorização que ele próprio criou.

Nesses terrenos valorizados, o Estado cria não apenas os ativos residenciais para locação – os Bairros Modelos – mas também ativos comerciais de alto valor agregado. Lojas, escritórios, centros de serviços e áreas de lazer seriam planejados e construídos de forma integrada, criando ecossistemas urbanos completos. Essas avenidas, ao ligarem pontos-chave da cidade e adensarem a população de forma planejada, geram um fluxo exponencial de pessoas e uma valorização imobiliária sem precedentes nas áreas circundantes, tanto para os imóveis públicos quanto para os privados.

Os ativos comerciais, uma vez construídos e valorizados pela infraestrutura e pelo adensamento residencial, seriam vendidos ao mercado privado, ou alugados para geração de receita contínua. A receita gerada por essas vendas e aluguéis seria suficiente para cobrir os custos da construção da própria avenida, da infraestrutura urbana completa (saneamento, energia, iluminação, fibra óptica), do projeto residencial e da construção dos próprios ativos comerciais. Este é um ciclo virtuoso de investimento e retorno, onde o Estado não gasta, mas investe e recupera.

Para ilustrar o potencial: o Custo Unitário Básico (CUB) de construção em Mato Grosso era de R$ 3.116,79 por metro quadrado em dezembro de 2025. Em Sinop, o metro quadrado de imóveis pode ser vendido a R$ 12.383. Essa diferença abissal entre custo de construção e preço de mercado é a margem da especulação, que o Estado pode e deve capturar. Se o Estado constrói um metro quadrado a R$ 3.116,79 e o vende (ou aluga) a um preço de mercado influenciado por sua própria infraestrutura, ele captura a valorização. Por exemplo, se o preço de venda de um metro quadrado em uma área valorizada pela nova avenida for R$ 8.000, o Estado teria um lucro de quase 150% por metro quadrado construído, que seria reinvestido no próprio programa.

O Estado deixa de ser um mero gastador de recursos e se transforma em um investidor e gestor de ativos estratégico. Ele cria valor onde antes havia apenas potencial não explorado ou especulação desenfreada. Este modelo não apenas financia a política pública de moradia, mas também gera superávit que pode ser reinvestido em outras áreas de infraestrutura ou serviços públicos, como educação e saúde, criando um ciclo de desenvolvimento sustentável e contínuo. É a prova de que a engenharia financeira, quando aliada à coragem política e ao

planejamento urbano inteligente, pode construir cidades mais justas, eficientes e economicamente prósperas.

Em resumo, o estado usará dos ativos comerciais para viabilizar os ativos residenciais. Os primeiros projetos já desenhados têm custo estimado para as 10 mil habitações, em 7 avenidas, com projetos comerciais de R$5,5 bilhões e uma receita estimada para a venda dos ativos comerciais que ultrapassa os R$7 bilhões; provando que o modelo é autossustentável.

A gestão da Empresa Pública de Habitação garantirá a manutenção rigorosa e a segurança dos empreendimentos. Regras de convivência claras serão estabelecidas em contrato, com a perda do benefício em caso de descumprimento. Isso assegura não apenas a qualidade física dos imóveis, mas também a paz e a harmonia social para todos os moradores, criando comunidades verdadeiramente sustentáveis e prósperas. A arquitetura moderna e a infraestrutura de ponta fariam desses bairros um modelo a ser seguido, elevando o padrão de vida em Mato Grosso.

A expertise de Viena e Holanda na gestão autônoma e eficiente de grandes estoques de moradia social servirão de inspiração, adaptadas à realidade e

às necessidades de Mato Grosso. O Estado se torna um agente de mercado, mas com um propósito social claro: garantir o direito à moradia digna e gerar um choque de aluguel barato para toda a população.

06

A Nova Educação

No Brasil, a Saúde precisa melhorar (e muito). A Educação não precisa. A Educação precisa ser refundada, melhorar não basta. É preciso que reconheçamos: a Educação brasileira deu errado. A Educação boa é ruim e a ruim é péssima.

Em 2024, a Secretaria de Educação de Mato Grosso comemorou um avanço: 60,59% das crianças estavam alfabetizadas (sabiam ler) ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. A comemoração se dava porque o número estava ligeiramente acima da média nacional, que é de 59%.

Esta é a piada nacional: 40% das crianças chegam ao final do 2º ano do Ensino Fundamental sem saber ler e nós comemoramos, como se vitória fosse.

Não raro, governadores são reeleitos aos seus cargos. Ao passar oito anos em um governo, um homem lidera a educação de um estado por metade da vida escolar de uma geração inteira de alunos. No mais das vezes, o que fazem é pintar os muros das escolas e perpetuar os formatos que mantém os jovens na completa ignorância.

Colocamos nossas crianças em um banco escolar durante uma década e meia e não conseguimos fazer com que eles saiam de lá sabendo as operações fundamentais (somar, subtrair, multiplicar e dividir) e o

domínio da linguagem.

Estamos falhando com esses jovens. Estamos falhando com nossos filhos e filhas. E o projeto deste livro, caro leitor, é transformar Mato Grosso no exemplo nacional; é fazer de nosso estado a “maquete” do novo Brasil e, por isso, cabe a nós refundarmos, sob bases sólidas, a educação mato-grossense.

Os pilares da nova pedagogia

A proposta pedagógica deste livro olha para o que há de melhor no mundo e adapta para a realidade mato-grossense e para as verbas educacionais mato-grossenses.

Em 2026, o valor previsto para ser gasto com cada aluno da rede estadual é de R$12.973,29. Não pretendemos oferecer modelos mais caros de Educação, mas modelos mais funcionais.

O princípio que norteia todo o projeto educacional que usaremos é: aprendizagem na base, projetos no meio, trabalho no fim.

Esclareço: o modelo escolar brasileiro transforma o tempo em fixo e o aprendizado em variável. Ou seja, o plano de educação define em quanto tempo os alunos

deverão aprender a somar. Terminado esse tempo, todos devem seguir para a subtração; mesmo que uns tenham aprendido mais e outros menos.

Em resumo, se uma matéria está prevista para ser aprendida em um mês letivo e João a aprendeu na primeira semana, João terá de vê-la pelas próximas três semanas ainda assim. Se Maria, ao final desse mês, ainda não aprendeu a matéria, ficará sem aprender, pois o calendário escolar definiu que é o momento de seguir adiante.

O modelo de tempo fixo e aprendizado variável é danoso, principalmente nos primeiros anos escolares, onde se aprende a base da linguagem e da matemática.

Os brasileiros costumam dizer que não possuem ‘talento’ para matemática. Repare como em muitos países da Ásia quase todas as crianças nascem com o talento matemático e, no Brasil, quase nenhuma nasce com ele. Ao reparar, chegará à conclusão óbvia: não se trata de talento.

Em geral, nossas crianças deixam de aprender algum fundamento de base e, ali, o seu destino já está traçado: tudo o que vem depois é confusão.

Reconheçamos: quando optamos por um modelo educacional de tempo fixo e aprendizado variável, não foi por maldade de nossos educadores. Foi pela impossibilidade de personalização dos momentos de aprendizado. Uma turma escolar precisava caminhar todos juntos. Por isso, para saber se um aluno está progredindo bem, nos habituamos a perguntar “ele está acompanhando a turma?”.

As tecnologias atuais mudaram isso. Hoje, é possível que – em uma mesma sala de aula – alunos diferentes estejam estudando matérias diferentes, por mecanismos diferentes e que o professor esteja lá dentro como um mentor, auxiliando e removendo dúvidas.

Colocar tecnologia na escola não é entregar um tablet aos alunos e remover o caderno. Colocar tecnologia na escola é reforçar o caderno, mas usando os softwares e os mecanismos audiovisuais para proporcionar personalização do momento de aprendizado.

Imagine que um aluno pode se instruir por materiais digitais, tendo o professor ao lado para ensinar e tirar dúvidas de forma personalizada e, depois, realizar a quantidade mínima de exercícios sobre a matéria para, na sequência, em qualquer

momento que se sentir à vontade, pedir para realizar o exame de troca de matéria. Ele sai da sala e um sistema gera a prova a ele com perguntas aleatórias sobre o tema, a partir de um banco de perguntas vasto previamente criado. Ele não precisará de 60% para 'passar', mas de 90%. Se não conseguir, pode voltar, estudar mais e repetir quantas vezes for necessário.

Favorecer que a base do ensino (isso é, os primeiros anos escolares) seja tratada com aprendizado fixo e tempo variável é a única forma de garantir que todos os alunos saibam o necessário.

Na medida em que os alunos começam a crescer (segunda metade do Ensino Fundamental), o foco em aprendizado fixo tem de ser alterado pelo foco em aprendizado a partir da resolução de problemas.

A escola precisa servir ao mundo. É necessário que as crianças sejam capazes de destrinchar problemas reais e, em grupo, encontrar soluções concretas para eles.

Isso só pode ser realizado por meio de um ensino orientado para projetos.

Por fim, no Ensino Médio, o ensino deve ser orientado ao trabalho. A associação de ensino formal com ensino técnico moderno e estágios em empresas

juniores (criadas dentro do próprio ambiente escolar e administradas pelos alunos) é a única maneira de garantir que o ensino seja provedor de dignidade, que um aluno termine o Ensino Médio transformado pela educação e pelo trabalho.

Não queremos construir um estado apenas de diplomados, queremos construir um imparável exército cognitivo.

Pedagogia da Execução

A superação do modelo educacional atual exige uma mudança radical na pedagogia, priorizando a execução e a aplicabilidade do conhecimento sobre a memorização, pois o método "decoreba" produz estudantes que reproduzem informações, mas não as aplicam. A proposta aqui é a Pedagogia da Execução, baseada em princípios que garantem a maestria do conteúdo e a capacidade de transformar conhecimento em ação.

O Mastery Learning, desenvolvido por Benjamin Bloom em 1968, será o pilar fundamental desta nova abordagem. Este modelo exige que o aluno atinja cerca de 90% de competência em um tópico antes de avançar para o próximo, garantindo uma base sólida e

inquestionável de conhecimento. Seu tamanho de efeito médio, de 0,59 na melhoria do desempenho, comprova sua eficácia, sendo utilizado em escolas de elite e no treinamento militar onde a precisão é crucial, pois a falha não é uma opção. O aluno não "passa de ano" com lacunas; ele domina o que foi ensinado, construindo um arcabouço cognitivo robusto e interconectado.

A educação em Mato Grosso será reimaginada para focar na capacidade de fazer, não apenas de saber, transformando o estudante em um agente ativo de seu próprio desenvolvimento e do progresso do estado.

O Arsenal do Futuro: foco em serviços complexos

A Índia era uma economia rural que teve de conviver com o salto industrial da China, sua vizinha e, por vezes, rival geopolítica. O modelo industrial chinês parecia inalcançável, pois – mesmo tendo um dimensionamento populacional semelhante ao chinês – a produtividade do país vizinho estava calçada em infraestrutura física de ponta.

Construir estradas, portos, plantas de fábrica de primeira-linha e possuir energia estável e barata para alimentar tudo isso é algo caro e demorado.

A Índia, então, descobriu um outro modelo de infraestrutura: a invisível. Construir inteligência e cérebros de ponta, por meio de Institutos de tecnologia, era relativamente mais barato e rápido que construir portos, hidrelétricas, estradas e fábricas.

Assim, a Índia saiu de uma economia rural para se tornar a economia dos serviços, aproveitando a digitalização global.

Imagine, se eu tenho um desenvolvedor de sistemas na Índia que está tão bem preparado quanto um em Nova Iorque, mas a hora de trabalho na Índia é mais barata que a hora de trabalho em Nova Iorque e o mundo se digitalizou, faz sentido contratar um indiano mesmo sendo uma empresa novaiorquina.

O futuro do trabalho demanda habilidades complexas e digitais, distantes do currículo tradicional, pois o mercado de trabalho está em constante transformação e exige novas competências.

A nossa nova Educação concentrará seus esforços na formação de profissionais para o mercado global de serviços digitais, um setor em franca expansão e com

alta empregabilidade.

Os serviços sob demanda globais já são uma economia de US$6 trilhões (mais de duas vezes o PIB do Brasil) e empregará 1,5 bilhão de pessoas até 2025, segundo a Demand Sage.

A formação focará em áreas de alta demanda e remuneração, como Inteligência Artificial (IA), programação, edição de vídeo, design gráfico e redação técnica, pois estas são as profissões que impulsionam a nova economia. A demanda por IA generativa cresceu 220% em apenas um ano, e profissionais desta área ganham 22% a mais por hora em preços globais, o que demonstra o valor agregado desta especialidade.

Fazer com que os jovens de Mato Grosso, ainda no Ensino Médio e dentro de empresas juniores, faturem entre US$20 e US$50 por hora trabalhada, é uma realidade possível e levará dignidade às famílias comuns, à periferia.

O Ensino Técnico convencional, por si só, já é libertador aos jovens. Apenas 11% dos estudantes brasileiros entre 15 e 24 anos cursam ensino técnico, um número pífio comparado a países desenvolvidos, segundo a OCDE em 2023, o que representa uma oportunidade de crescimento exponencial.

Profissionais com ensino técnico ganham 32% a mais que quem tem apenas o ensino médio, segundo a Fundação Itaú, comprovando o valor da qualificação especializada.

A taxa de empregabilidade dos ex-alunos de cursos técnicos do SENAI é de 85%, conforme o Correio Braziliense (2022-2024), demonstrando a eficácia deste tipo de formação.

O que faremos é ainda melhor: o Ensino Técnico do futuro, que transformará Mato Grosso em uma grande 'indústria' de serviços complexos.

As Empresas Juniores de Ensino Médio

A formação de uma "tropa de elite digital" no Mato Grosso passará pela criação e estímulo às Empresas Juniores (EJs) no Ensino Médio, pois a experiência prática é um diferencial inestimável no mercado de trabalho. Este modelo, já consolidado no ensino superior, com 1.612 EJs ativas no Brasil, faturando R$ 87 milhões anualmente e reinvestindo mais de R$ 70 milhões em educação empreendedora desde 2010, formará 32 mil "empresários juniores", segundo a Brasil Júnior. A experiência prática em gestão de projetos, atendimento ao cliente e desenvolvimento de

soluções será inestimável, pois prepara os jovens para os desafios reais do mundo corporativo.

As EJs de Ensino Médio funcionarão como laboratórios de habilidades digitais e empreendedorismo, onde os jovens aprenderão na prática a desenvolver websites, gerenciar redes sociais, criar conteúdo digital, programar e oferecer serviços de BPO (Business Process Outsourcing) financeiro ou de marketing digital.

O modelo das EJs no Ensino Médio será replicado em todas as 648 escolas estaduais do Mato Grosso, criando uma rede capilar de inovação e empreendedorismo. Cada escola terá sua própria EJ, oferecendo serviços digitais para empresas locais e, principalmente, para o mercado global, por meio de busca ativa de parcerias e contratos globais que deverão ser feitas pelo Governo do Estado de Mato Grosso e que permitirá aos estudantes monetizar suas habilidades e construir um portfólio desde cedo.

Isso não só gera renda para os estudantes, mas também os insere no universo do trabalho, desenvolvendo habilidades procuradas pelo mercado, como proatividade, resolução de problemas e trabalho em equipe.

Os 34.436 professores da rede pública serão capacitados para atuar como mentores dessas empresas juniores, orientando os estudantes no desenvolvimento de projetos e na gestão dos negócios. Este é um investimento na capacidade empreendedora dos jovens e na criação de uma cultura de inovação desde cedo, pois a mentoria é crucial para o sucesso. O objetivo é que, ao concluir o Ensino Médio, o jovem mato-grossense tenha não apenas um diploma, mas um portfólio de projetos e experiência prática que o qualifique para o mercado de trabalho global, tornando-o um profissional completo e competitivo.

O modelo de exportação de serviços estudantis

Mato Grosso se tornará um exportador de inteligência, seguindo modelos de sucesso como Índia e Filipinas, transformando a educação em uma máquina de importar divisas, pois a exportação de serviços digitais é uma das maiores fontes de riqueza do século XXI. A exportação de serviços do Brasil, projetada para US$ 51,83 bilhões em 2025, um recorde histórico, será impulsionada pelos serviços digitais, que representam 65% desse total, ou US$ 33,69 bilhões,

segundo a InvestSP. O déficit atual na balança de serviços do Brasil, de US$ 52,94 bilhões em 2025, será combatido com a formação de uma nova força de trabalho em MT, capaz de gerar superávits por meio da exportação de talentos.

A Índia é um exemplo paradigmático de como a educação pode ser alavanca para a exportação de serviços. Com uma receita do setor de TI de US$ 254 bilhões em 2024 e exportações de US$ 224,4 bilhões em FY2025, projeta-se alcançar US$ 300 bilhões em FY2026, com um crescimento de 6%, segundo a Mordor Intelligence. Este sucesso é resultado de um modelo que combinou governo, indústria e formação massiva de jovens em habilidades digitais, exportando serviços para o mundo. O BPO indiano, que faturou US$ 16,80 bilhões em 2024, projeta US$ 46,99 bilhões em 2033, empregando mais de 5 milhões de pessoas no setor IT-BPM (Tecnologia da Informação e Gestão de Processos de Negócio) em FY2025. A parceria da NASSCOM com a IBM, treinando 87.000 jovens de comunidades carentes em IA, cibersegurança e habilidades digitais até 2025, mostra o caminho para a formação de uma força de trabalho massiva e qualificada.

As Filipinas também se destacam, com o BPO contribuindo 8-10% do PIB e uma receita do setor de

contact center de US$ 37,87 bilhões em 2024, projetando US$ 39,9 bilhões em 2025, segundo a SIA (Staffing Industry Analysts). Mais de 1,5 milhão de pessoas são empregadas diretamente, treinadas em inglês e habilidades digitais para atender mercados como EUA e Europa, o que demonstra a capacidade de um país em desenvolvimento de se tornar um polo de serviços globais. Mato Grosso replicará este modelo, formando jovens em inglês fluente e nas competências digitais demandadas globalmente, preparando-os para atuar em qualquer parte do mundo sem sair do estado.

O acordo Brasil-UE de adequação de dados pessoais, finalizado em janeiro de 2026, cria o maior "corredor de dados confiáveis" do mundo, conforme a IAPP (International Association of Privacy Professionals). Isso facilita o comércio digital e a exportação de serviços entre o Brasil e a Europa, permitindo que empresas brasileiras, e consequentemente os jovens de MT, processem dados europeus sem barreiras regulatórias e com segurança jurídica.

Mato Grosso se posicionará para capitalizar esta oportunidade, exportando talentos e importando divisas.

A transformação educacional em Mato Grosso não é apenas sobre desenvolvimento humano, mas sobre prosperidade econômica, quantificável em dólar e em impacto no PIB local, pois a capacidade de gerar renda em moeda forte tem um efeito multiplicador na economia. O jovem mato-grossense, hoje subempregado ou desempregado, se tornará um exportador de serviços desde a escola, recebendo em moeda forte e elevando o padrão de vida de sua família e comunidade.

07

A retomada do território

A autoridade do Estado se desintegra quando um gesto, capturado em uma foto, determina a vida ou a morte de um cidadão. Weliton Gomes Sousa Feitosa, 23 anos, foi assassinado em 17 de agosto de 2025, em Sorriso (MT), por quatro homens que se identificaram como policiais. O motivo: uma fotografia exibindo um sinal de facção. Este crime não é um evento isolado; ele é a manifestação visível da falência da soberania estatal, onde o poder de decidir sobre a existência individual migra para organizações criminosas.

A brutalidade se repete em padrões alarmantes. As irmãs Rayane, 25, e Rithiely Alves, 28, foram sequestradas, torturadas e mortas em 14 de setembro de 2024, em Porto Esperidião (MT), por uma foto com dedos associados ao PCC. Everson Santos da Silva, 36, encontrou o mesmo destino em 10 de janeiro de 2025, também em Sorriso (MT), após uma foto em bar com um sinal de mão que remetia ao número 3. Estes casos demonstram que a percepção de pertencimento a uma facção, real ou imaginária, é uma sentença de morte proferida por um tribunal paralelo, operando à margem da lei. O Estado falha em proteger seus cidadãos quando a presunção de inocência é substituída por uma execução sumária baseada em interpretações de símbolos.

O comandante-chefe das forças de segurança (governador do estado) não pode admitir que crimes banais como estes aconteçam, que o território e o homem comum sejam apropriados pelas facções sem que exista uma resposta disciplinadora. Há muitas ferramentas para a contenção do crime e falarei delas durante este capítulo, mas é preciso que entendamos: nenhuma ferramenta de segurança substitui a autoridade. Autoridade se conquista declarando ao crime o que é inadmissível e usando de retaliações pesadas sempre que o inadmissível acontece.

A presença de facções criminosas em Mato Grosso é sistêmica e alarmante, abrangendo 92 dos 142 municípios do estado. O Comando Vermelho (CV) domina 85 desses municípios, enquanto o PCC atua em 14, a Tropa do Castelar em 5, e a B40 em 3. Esta pulverização geográfica do crime organizado não é mera coincidência; ela reflete a ausência prolongada do poder público em áreas estratégicas, permitindo o enraizamento e a expansão dessas estruturas. A disputa territorial entre essas facções ocorre em 14 cidades, concentradas majoritariamente nos eixos das BRs 163 e 364, evidenciando a correlação direta entre rotas logísticas e o controle do tráfico.

Cáceres, por exemplo, enfrenta um conflito simultâneo envolvendo CV, PCC e B40, transformando

a cidade em um campo de batalha permanente. Em 2025, as operações contra o crime organizado resultaram em 256 prisões, apreensão de 13 armas, 46 veículos, R$ 1,5 milhão em espécie e o bloqueio de R$ 24 milhões. Contudo, a magnitude das apreensões de drogas revela que estas ações são reativas, não preventivas. A entrada massiva de entorpecentes no estado indica a permeabilidade das fronteiras e a fragilidade da fiscalização, culminando no fato de que 6 dos 20 municípios mais violentos da Amazônia Legal estão em Mato Grosso.

A Máquina de Guerra

O Estado não pode mais se dar ao luxo de reagir; ele deve antecipar e neutralizar a ameaça. A criação de esquadrões de elite especializados é a resposta imediata e necessária à guerra declarada pelas facções. O Batalhão de Operações Policiais Especiais de Mato Grosso (BOPE-MT) demonstrou sua eficácia em janeiro de 2025, causando um prejuízo de R$ 9,2 milhões às facções, apreendendo 736 kg de drogas, realizando 15 operações, 14 prisões em flagrante e capturando 7 foragidos. Estes números comprovam que a especialização e o treinamento rigoroso resultam em golpes contundentes contra o crime

organizado.

A experiência de outras unidades de elite no Brasil e no mundo valida esta abordagem. O BOPE-RJ, criado em 19 de janeiro de 1978, é uma referência em operações de alto risco, enquanto o COE-SP (Comandos e Operações Especiais da PM-SP) e o GATE-SP (Grupo de Ações Táticas Especiais), este último criado em 4 de agosto de 1988 e inspirado em unidades como SWAT, GSG 9 e GIGN, são cruciais na desativação de bombas e no gerenciamento de crises. A implementação de tais grupos não é um luxo, mas uma necessidade tática. Eles possuem a capacidade de atuar em ambientes de alta complexidade, onde a polícia convencional não possui o treinamento ou o equipamento adequado.

A formação e o emprego desses esquadrões de elite terão um impacto direto na redução da reincidência criminal. Um estudo do Reino Unido sobre "dissuasão específica preventiva" demonstra uma redução de 35% na reincidência quando há uma resposta estatal robusta e direcionada. Este dado é crucial: a presença e a atuação de forças de elite não apenas desarticulam operações criminosas atuais, mas também desestimulam futuras transgressões, pois elevam o custo e o risco para os criminosos. A mensagem será clara: o Estado possui a capacidade e

a vontade de confrontar o crime em qualquer nível, em qualquer território.

As facções entendem que o estado está preparado para investigar e prender, mas estes atos são demorados. E o efetivo das facções é numeroso e cresce a cada dia, de modo que as prisões não atrapalham a engrenagem do crime organizado.

O que as facções precisam entender é que o estado está pronto para fazer guerras de resgate territorial, todas as vezes em que o homem comum for afrontado pelo crime.

As facções precisam saber que quando um “dono de quebrada” ameaçar um pai de família ou um “disciplina” bater em um jovem que está iniciando a sua vida longe do crime, o estado estará pronto para invadir e – se preciso – matar, em uma guerra urbana.

O BOPE de Mato Grosso precisa se tornar a máquina desta guerra. É preciso triplicarmos o seu efetivo, saindo de 100 policiais para 300. Darmos ao Batalhão acesso e treinamento ao uso de drones militares. É preciso que a nossa máquina de guerra esteja pronta para a guerra e que faça demonstrações de sua força.

O objetivo, claro, não é o conflito, mas a pacificação. Somente aqueles que estão prontos e dispostos à guerra podem viver em paz.

A paz é uma construção de autoridade e poder contra o crime.

Segurança Orientada por Projeto (SOP)

A segurança pública não pode mais ser tratada como um problema abstrato; ela exige uma abordagem concreta, orientada por projetos e resultados. A Segurança Orientada por Projeto (SOP) transforma o discurso em ação, definindo metas claras, alocando recursos específicos e mensurando o impacto de cada intervenção. Não se trata de promessas, mas de entregas.

Crime não se combate com conversa, mas com ações estruturadas. E crimes diferentes precisam de formas e abordagens diferentes para ser combatidos. Por isso, a Segurança Orientada por Projeto funciona. O projeto necessário para diminuir os índices de roubos de celulares em áreas urbanas não é o mesmo que se usa para impedir o tráfico na fronteira.

Todos os projetos, no entanto, podem se beneficiar

do uso regular de tecnologia e inteligência de dados.

A adoção de drones de vigilância, por exemplo, é uma ferramenta estratégica, já utilizada por 63% das forças de segurança no Brasil, segundo pesquisa da FGV de março de 2023. Drones com autonomia superior a 10 horas e alcance acima de 100 km permitem o monitoramento contínuo de vastas áreas, incluindo fronteiras, rotas de fuga e pontos de tráfico. A inteligência artificial embarcada nesses equipamentos é o diferencial, possibilitando a detecção automática de movimentos suspeitos, o reconhecimento de padrões e o rastreamento inteligente de indivíduos e veículos. Isso significa que a vigilância humana será complementada por uma capacidade de processamento de dados que nenhum efetivo policial, por maior que seja, poderia igualar.

A integração de tecnologias como o OCR (Optical Character Recognition) para leitura de placas de veículos, já adotada por 44% das forças de segurança, e o reconhecimento facial, presente em 33%, amplifica a capacidade de identificação e captura de criminosos. Estes sistemas, quando operados em conjunto e de forma amplificada ao uso que se tem hoje, criam uma rede de vigilância inteligente que mapeia o território e antecipa ações.

A SOP, portanto, não é apenas sobre comprar equipamentos; é sobre a implementação de um ecossistema tecnológico que otimiza o uso dos recursos humanos e financeiros, direcionando-os para onde são mais necessários e eficazes.

Cada projeto dentro da SOP terá um escopo definido, um orçamento delimitado e indicadores de desempenho claros. A transparência será total, com relatórios públicos detalhando o progresso e os resultados alcançados. Este modelo de gestão elimina a subjetividade e a ineficiência que historicamente assolaram a segurança pública.

Além da SOP, o investimento em tecnologia, como os drones e sistemas de IA, não é um gasto, mas um capital que gera retorno em termos de vidas salvas, crimes evitados e uma sensação de segurança restaurada para a população.

Segurança por Design

A segurança não é apenas uma questão de repressão, mas de prevenção ativa e inteligente. O conceito de Segurança por Design Urbano (CPTED - Crime Prevention Through Environmental Design) propõe que o ambiente físico pode ser projetado para

inibir o crime e promover a segurança.

O CPTED opera através de princípios fundamentais: Vigilância Natural, Controle Natural de Acesso e Reforço Territorial. A Vigilância Natural maximiza a visibilidade, eliminando pontos cegos e permitindo que os cidadãos observem e reportem atividades suspeitas. Isso inclui o planejamento de ruas, a poda de árvores e a instalação de câmeras. O Controle Natural de Acesso direciona o fluxo de pessoas e veículos, utilizando barreiras físicas, paisagismo e design de entradas para criar um senso de propriedade e controle sobre o espaço. O Reforço Territorial incentiva a interação social e a apropriação do espaço pela comunidade, transformando áreas degradadas em locais de convívio e lazer.

A aplicação da Segurança por Design será uma diretriz para todos os novos projetos urbanos e requalificações em Mato Grosso. Cada obra pública, cada novo loteamento, cada revitalização de praça ou parque será concebida sob a ótica da prevenção criminal. Isso significa que arquitetos, urbanistas e engenheiros terão um papel fundamental na segurança pública, integrando soluções que, por si só, desincentivam o crime.

Não se trata de militarizar o espaço, mas de humanizá-lo e torná-lo intrinsecamente seguro, devolvendo aos cidadãos o direito de usufruir de seus ambientes sem medo.

Polícia por Desempenho

A eficiência na segurança pública exige um sistema de gestão que recompense o desempenho e cobre a responsabilidade.

O modelo atual – onde se cria programas de desempenho duvidosos, com casos em que há suspeitas de agentes colocando seus nomes em ocorrências em que não participaram, apenas para ganhar remunerações – está longe do ideal. É preciso que desempenhos sejam medidos por dados sólidos e estatísticos de segurança.

O modelo de Polícia por Desempenho, inspirado no Departamento de Polícia de Nova York (NYPD) que fez uso de dados (via CompStat) para bonificar policiais e batalhões por performance, estabelece metas claras e utiliza dados estatísticos para alocar recursos e avaliar resultados. Este sistema transforma a gestão policial de reativa para proativa, focando na prevenção e na redução contínua dos índices criminais.

A implementação de bonificações por desempenho será um pilar central desta nova abordagem. O Ministério da Justiça, em 2026, propôs a GEI (Gratificação de Eficiência Institucional) e a GVP (Gratificação Variável de Produtividade) para a Polícia Federal, evidenciando a tendência nacional. Em São Paulo, bonificações são concedidas com base na redução de indicadores criminais, provando que este modelo incentiva a produtividade e a eficácia.

Mato Grosso, que atualmente não possui um sistema de gratificação por desempenho similar, adotará um modelo robusto e transparente, onde policiais e unidades serão recompensados pela redução de crimes, apreensões e elucidação de casos.

A "gratificação faroeste" do Rio de Janeiro, que bonifica por apreensão de armas e neutralização de criminosos, embora controversa, demonstra o impacto financeiro como motivador. No entanto, o modelo de Mato Grosso será focado em métricas mais amplas e preventivas, como a redução de roubos, furtos, homicídios e o aumento da sensação de segurança da população. A meritocracia será o motor: aqueles que entregam resultados superiores terão reconhecimento financeiro e de carreira. Isso não é apenas justo; é estratégico, pois alinha os interesses dos policiais com os objetivos de segurança da sociedade.

O sistema de Polícia por Desempenho permitirá uma alocação mais inteligente de recursos. Os dados criminais serão analisados em tempo real, identificando áreas de maior incidência e permitindo o deslocamento de efetivos para onde são mais necessários. As reuniões semanais de CompStat, com a presença de chefes de distrito e comandantes de batalhão, garantirão a prestação de contas e a discussão de estratégias baseadas em evidências. Este modelo de gestão transformará a polícia de Mato Grosso em uma força mais ágil, eficiente e orientada por resultados, garantindo que cada ação policial contribua diretamente para a segurança da população.

A Devolução do Espaço Público

O roubo de celular não é apenas um crime patrimonial; é uma violação da liberdade individual e um símbolo da perda do controle sobre o espaço público. Em 2024, o Brasil registrou 917.748 roubos ou furtos de celulares, uma média de dois por minuto, gerando um prejuízo de R$ 22,7 bilhões entre junho de 2023 e junho de 2024, afetando 14,7 milhões de vítimas, segundo o Datafolha. A subnotificação é alarmante: apenas 55% dos casos são registrados. Em Mato Grosso, o aumento foi ainda mais crítico, com um

crescimento de 25% nos roubos/furtos de celulares, passando de 8.688 para 10.906 casos em 2024, tornando o estado líder nacional nesse aumento.

Este cenário demonstra que o direito de ir e vir, fundamental em uma sociedade livre, está comprometido. As pessoas se sentem inseguras ao caminhar pelas ruas, usar o transporte público ou frequentar espaços abertos. A devolução do espaço público passa pela redução drástica desses crimes.

A estratégia para devolver o espaço público será multifacetada. Primeiro, haverá um combate direto e implacável aos receptadores de celulares roubados. Sem mercado para os produtos do crime, a motivação para o roubo diminui. Segundo, a presença policial será ostensiva e inteligente, com o uso de patrulhamento a pé e de bicicleta em áreas de maior vulnerabilidade, complementado pela vigilância por drones e câmeras com reconhecimento facial e OCR. Terceiro, campanhas de conscientização e facilitação do registro de boletins de ocorrência aumentarão a notificação, fornecendo dados mais precisos para a alocação de recursos.

A revitalização de praças, parques e calçadas, aliada aos princípios da Segurança por Design Urbano, tornará esses locais mais seguros e convidativos. A

iluminação adequada, o paisagismo que não cria esconderijos e a manutenção constante são elementos cruciais. A população será encorajada a ocupar esses espaços, pois a presença de cidadãos é, por si só, um fator de segurança. A devolução do espaço público não é apenas uma questão de policiamento; é um projeto de restauração da vida comunitária e da liberdade individual, garantindo que o cidadão de Mato Grosso possa, novamente, desfrutar plenamente de sua cidade.

Em resumo, com uso efetivo da autoridade pelo comandante-chefe, com a segurança orientada por projeto, com a segurança por design e a meritocracia nas forças de segurança, o território poderá ser devolvido à população.

08

Saúde Humana

O Sistema Único de Saúde (SUS) funciona em sua complexidade, mas a porta de entrada para o cidadão comum permanece fechada. A falha não reside na capacidade técnica dos hospitais de alta complexidade ou na qualificação de seus profissionais, mas sim no acesso primário ao sistema. O paciente é forçado a uma peregrinação por Unidades Básicas de Saúde (UBSs) precárias, hospitais superlotados e um represamento crônico de exames. Em Cuiabá, na comunidade do Pedra 90, a reforma das UBSs 3 e 4, iniciada há oito anos, ainda não foi concluída, evidenciando a negligência que impede o contato inicial do cidadão com o SUS e compromete a resolutividade na base.

Esta falha de acesso gera uma fila invisível e corrosiva. A espera por exames nas UBSs pode estender-se por até três anos, conforme denúncia formalizada pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM-MT). Esta demora não é um inconveniente, mas uma negação direta ao direito fundamental à saúde, constitucionalmente assegurado. A ausência de uma porta de entrada eficiente e acessível sobrecarrega os níveis de atenção secundária e terciária. Um problema de saúde simples, que poderia ser resolvido na atenção primária, agrava-se, tornando-se mais complexo, mais caro e, muitas vezes, exigindo intervenções de maior risco. O

SUS possui a estrutura para tratamentos avançados e equipes especializadas, mas a jornada até eles é um labirinto, não um caminho direto e humanizado.

A fila de espera, portanto, não é apenas um indicador estatístico; é uma procissão humilhante que desumaniza o paciente.

Choque de Hospitalidade: dignidade não custa caro

A dignidade no atendimento à saúde é um direito inalienável, não uma concessão. O Programa Nacional de Humanização (PNH/HumanizaSUS), instituído em 2003, estabelece os princípios para um atendimento acolhedor e respeitoso. Em Mato Grosso, a Coordenadoria de Promoção e Humanização existe, mas a materialização desses princípios na prática clínica e administrativa é inconsistente, carecendo de dados que comprovem resultados efetivos. O cidadão é frequentemente tratado como um número, desprovido de informações claras, conforto mínimo e participação ativa em seu próprio processo de cura. Esta falha é sistêmica, intrínseca à organização do serviço, e não um mero desvio individual de conduta.

A hospitalidade começa com a transparência e a comunicação eficaz. O absenteísmo em consultas, que em algumas regiões chega a 48%, é um sintoma claro da falta de engajamento do paciente. Ele não se sente parte do processo, nem valorizado pelo sistema. Ferramentas digitais provam ser catalisadores da humanização. O "Meu SUS Digital", desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e o sistema de triagem com inteligência artificial da TopMed, em Santa Catarina, são exemplos. Este último, em apenas três meses, realizou 4.293 triagens, resolvendo 69,7% dos casos por telemedicina, direcionando o paciente certo ao serviço adequado. Essas tecnologias não substituem o contato humano, mas o qualificam, tornando-o mais eficiente e respeitoso.

O custo de um sorriso, de uma explicação clara e empática, de um ambiente limpo e organizado, é marginal frente aos benefícios de restaurar a dignidade do paciente. Em contraste, a falta de humanização gera custos ocultos: retrabalho, perda de confiança, absenteísmo e, em última instância, o agravamento de condições de saúde que poderiam ter sido prevenidas ou tratadas precocemente. A política pública deve, portanto, assegurar que a experiência do usuário seja o centro da atenção. Isso implica em

investir na capacitação de equipes para o acolhimento, na melhoria das condições físicas das unidades de saúde e na implementação de tecnologias que facilitem a jornada do paciente, como o sistema de triagem digital SNS 24, do Reino Unido, que orienta o paciente para o serviço mais adequado.

A Verticalização do Diagnóstico

A fila de exames representa um gargalo insustentável no sistema de saúde, não uma fatalidade inevitável. A espera retarda o início de tratamentos essenciais, agrava o prognóstico de doenças e eleva os custos de saúde a longo prazo. A solução para este problema reside na industrialização do processo de diagnóstico, que integra a capacidade da rede pública com a eficiência da rede privada, sob uma gestão rigorosa e um controle de qualidade unificado.

O Laboratório Central de Mato Grosso (Lacen-MT) deve ser modernizado e ampliado para gerar atendimento rápido e facilitado, por meio de pequenos postos de coleta que estejam espalhados pelo estado, gerando exames imediatos a partir do pedido médico. A "industrialização" significa maximizar essa capacidade existente e, onde necessário, contratar o

excedente da rede privada através de critérios de performance e preço.

A verticalização dos serviços de saúde, que abrange consultas, odontologia e exames, demonstrou ser uma estratégia economicamente vantajosa. Um estudo em Porto Alegre revelou que a rede própria, operando a apenas 6% de sua capacidade, apresentava um custo de R$ 21,08 por exame. Com a plena capacidade, este custo cairia para R$ 6,50 por exame. Este dado prova que a otimização da infraestrutura pública é fundamental.

Será criado um consórcio de laboratórios, englobando tanto unidades públicas quanto privadas, sob gestão estadual, com o objetivo de assegurar que nenhum exame simples tenha tempo de espera superior a 48 horas e nenhum exame complexo, superior a 7 dias. Esta abordagem não apenas reduzirá as filas, mas também garantirá a qualidade e a padronização dos diagnósticos em todo o estado.

Intensificar Programas Cirúrgicos

O Governo de Mato Grosso possui bons programas para redução das filas cirúrgicas. O Fila Zero e MT Mais Cirurgias funcionam bem, mas é preciso amplificá-los.

Estas estratégias de campanhas cirúrgicas em lote precisam ser intensificadas, focando em especialidades com maior demanda e menor complexidade, como oftalmologia, ortopedia, ginecologia e urologia. Esta abordagem permite otimizar a utilização de recursos, equipes médicas e centros cirúrgicos, alcançando um volume maior de procedimentos em menor tempo.

Contudo, não se pode focar apenas em volume, é preciso garantir qualidade e tratar condutas negligentes com rigor, para que casos como os de pacientes que perderam a visão após mutirão de cirurgias de catarata não voltem a ocorrer.

A meta é zerar as filas de cirurgias eletivas com tempo de espera superior a 90 dias. Isso será alcançado através de contratos de performance com prestadores, que serão remunerados pelo resultado efetivo e pela satisfação do paciente, e não apenas pelo número de procedimentos realizados.

A gestão deverá ser descentralizada, mas com monitoramento centralizado, utilizando dados em tempo real para identificar gargalos e otimizar o fluxo. A experiência das campanhas anteriores precisa servir de base para aprimorar o modelo. Será garantido que a expansão dos mutirões não comprometa a segurança, com protocolos clínicos revisados e equipes de auditoria independentes para cada especialidade.

Socorro aos municípios: reerguendo a base do sistema

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o alicerce de qualquer sistema de saúde robusto. Seu desmonte equivale ao desmonte da saúde pública como um todo. O Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM-MT) denunciou um "verdadeiro desmonte" da APS em Cuiabá, caracterizado por UBSs sem estrutura adequada, equipamentos obsoletos e equipes desfalcadas. Sem uma APS forte e resolutiva, o sistema opera como uma pirâmide invertida, onde o hospital de alta complexidade, o mais caro e especializado nível de atenção, torna-se ineficientemente a porta de entrada para problemas que poderiam ser resolvidos na base.

Socorrer os municípios para que eles possam restaurar os trabalhos de APS é uma prioridade estratégica de Nosso Outro Destino. Isso envolverá a reconstrução, modernização e reequipamento das UBSs em todo o estado. Os repasses estaduais são cruciais, mas insuficientes sem um plano estratégico claro, metas de desempenho e uma fiscalização rigorosa que garanta a aplicação efetiva dos recursos. A mera transferência de verbas não resolve o problema estrutural; é necessária uma gestão articulada e transparente.

O fortalecimento da APS precisa ser consolidado por meio de um pacto tripartite entre a União, o Estado e os Municípios. O Estado atuará como indutor de políticas, financiador complementar e, crucialmente, como fiscalizador, assegurando que os recursos sejam aplicados com máxima eficiência e direcionados às necessidades mais prementes. Será implementado um programa de investimentos em infraestrutura e equipamentos para as UBSs, com metas claras de cobertura populacional e qualidade de atendimento.

A qualificação contínua dos profissionais da APS é mandatória, e a remuneração, atrelada a indicadores de desempenho e resolutividade. A saúde municipal é a linha de frente do SUS, e ela será reerguida com a

dignidade e a capacidade técnica que o cidadão merece, transformando as UBSs em centros de excelência em saúde comunitária.

Mato Grosso Sem Dor

A dor crônica não pode ser uma realidade normalizada. Em Mato Grosso, assim como em todo o Centro-Oeste, onde 56,25% da população sofre com ela, essa condição limita vidas e produtividade. Reconhecemos que a falta de acesso e a automedicação, praticada por metade dos afetados por falta de tempo, são entraves urgentes a serem superados. Acreditamos que a tecnologia é a chave para transformar essa realidade.

O programa "Mato Grosso Sem Dor" será a resposta imediata e eficiente para essa crise de saúde pública. Desenvolveremos um aplicativo intuitivo que permitirá ao cidadão acessar cuidados de saúde em minutos. Através de uma triagem inicial por inteligência artificial, que identificará a urgência e o tipo de dor, o paciente será encaminhado para uma consulta de telemedicina.

Após a consulta, uma receita digital será emitida. E, para cidadãos em vulnerabilidade econômica, o

medicamento acessível por meio de um voucher. Este voucher deverá garantir que a falta de recursos não seja um impeditivo para o tratamento. Parcerias estratégicas com farmácias privadas assegurarão a ampla distribuição e o acesso facilitado aos medicamentos necessários – incluindo analgésicos, anti-inflamatórios e relaxantes musculares, que atualmente não são cobertos pelo Farmácia Popular.

Ninguém em Mato Grosso sentirá dor por falta de acesso a tratamento ou por não ter tempo para se consultar. O “Mato Grosso Sem Dor" é mais um programa que tratará a saúde de forma humana, justa e acessível.

Força-tarefa contra a fraude

O SUS é sistematicamente sangrado por fraudes e desvios, que corroem não apenas o orçamento, mas também a confiança da população. A máfia das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) e a prática de "obsolescência programada em serviços" – onde cirurgias são sabotadas ou procedimentos desnecessários são realizados para gerar novas demandas – representam um câncer no sistema. O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF) estimou

um prejuízo de R$ 75 milhões em apenas dois anos devido a fraudes de OPME. Casos como o do médico em Santa Catarina, condenado a 17 anos e 6 meses por cobrar para antecipar cirurgias (Operação Emergência, com 27 réus), ou o do médico no Paraná, condenado a 10 anos por cobrar por procedimentos que deveriam ser gratuitos, são apenas a ponta do iceberg de uma criminalidade organizada.

A Operação Rastro Cirúrgico, deflagrada pela Polícia Federal em agosto de 2025, combateu peculato e desvio de recursos no SUS, enquanto investigações em Juazeiro/BA (janeiro de 2026) e no Rio de Janeiro (setembro de 2025) revelaram desvios de R$ 13 milhões e fraudes por Organizações Sociais, respectivamente. Estes exemplos sublinham a necessidade urgente de uma resposta robusta. Uma força-tarefa permanente será criada, composta por membros da Polícia Civil, Ministério Público Estadual, Controladoria Geral do Estado (CGE) e Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT). Esta equipe terá como missão central blindar o SUS por dentro, utilizando ações de inteligência, auditoria contínua e repressão qualificada.

Incentivaremos que a força-tarefa não seja midiática, mas funcional. O que importa não é a fotografia que cria incentivos reputacionais à Polícia e faz, muitas vezes, as investigações cometerem erros. O

objetivo precisa ser encontrar indícios de fraude ainda em seu início e ofertar Acordos de Não Persecução Penal (ANPP), mantendo as empresas e força de trabalho médico no mercado, mas alterando as práticas.

O combate à fraude, quando feito de forma midiática, troca os CNPJs, mas não muda a realidade das práticas. É preciso conduzi-lo com a inteligência de quem busca efeitos práticos, inibitórios e imediatos.

Contratos de Performance

O modelo de contratação na saúde pública, particularmente com Organizações Sociais (OSs), tem operado como uma caixa-preta, favorecendo a ineficiência e, em muitos casos, a corrupção.

O contrato de R$ 2,24 bilhões por cinco anos com o Hospital Central/Einstein, para gerir 287 leitos e atender a uma previsão anual de 32 mil consultas, 80 mil exames e 6,5 mil cirurgias, exemplifica a magnitude dos recursos públicos envolvidos. Este modelo, inaugurado em 19 de dezembro de 2025, com um custeio de 90% fixo e apenas 10% variável por metas, além das controvérsias sobre a não obrigatoriedade de servidores concursados e a

dispensa de chamamento público, levanta sérias questões sobre a transparência e a efetividade na gestão.

O futuro da gestão da saúde pública em Mato Grosso será radicalmente transformado por contratos de performance. Estes contratos não remunerarão pelo volume de leitos ou pela mera existência de uma estrutura física, mas sim pelos resultados efetivos e mensuráveis: redução de filas, qualidade do atendimento, satisfação do paciente, melhoria dos indicadores de saúde da população e, principalmente, atendimentos efetivamente realizados.

Nosso Outro Destino na Saúde passa por novos contratos de performance que terão metas claras, objetivas e auditáveis, com penalidades severas para o não cumprimento. A transparência será total, com dados abertos e acessíveis ao público, transformando a gestão da saúde de uma caixa-preta em um livro aberto.

O modelo de pagamento de 90% fixo e 10% variável será invertido ou, no mínimo, equilibrado, com uma parcela significativa da remuneração atrelada ao atingimento de metas. Isso incentivará a eficiência, a qualidade e o trabalho real, ao invés de apenas o custeio da estrutura.

Com hospitalidade, tecnologia, verticalização dos exames, combate inteligente às fraudes e renegociação de OSs, nós podemos construir uma nova saúde pública em Mato Grosso.

09

O Novo Turismo

Mato Grosso tem o centro da América do Sul – e não o utiliza como turismo empresarial –, tem a Chapada dos Guimarães – que, apesar das belezas naturais, ainda é subutilizada nos equipamentos turísticos –, tem o lago do Manso, tem o Pantanal – com possibilidade de turismo para pesca, caça controlada e safari.

Neste capítulo, cuidarei de demonstrar como é possível transformar Mato Grosso em um Santuário de Experiências. O turismo não pode ser tratado como um "puxadinho" da economia ou um passatempo para poucos. Ele é uma indústria de exportação de serviços complexos, que acontece dentro do nosso território. O homem comum não deve apenas ver o caminhão de soja passar. Ele também poderá ser o dono da pousada, o piloto do balão ou o gestor da agência que atende o turista internacional.

Ao transformarmos as condições do turismo mato-grossense, veremos mais uma frente de revolução econômica ser criada. Vamos à conta. Um turista estrangeiro no Pantanal gasta, em média, US$ 3.600. Isso é uma exportação de serviço que não esgota nosso solo. É preciso multiplicar esses números, não apenas incrementá-los. Mato Grosso tem belezas naturais que rivalizam com qualquer destino global. A questão não é o que temos, mas como o vendemos e,

mais importante, com que plano o desenvolvemos.

Crédito de Juro Zero – FIT

A qualificação dos equipamentos turísticos não virá de decretos. Ela nascerá de incentivos reais que eliminem o medo do risco para o empreendedor. Para isso, o estado precisa criar o Fundo Mato-Grossense de Inovação Turística (FIT). Este fundo oferecerá linhas de crédito governamental a juro zero. Não é subsídio para o que já existe. É capital para o que ainda não temos.

O foco do FIT é o inédito. Não vamos reformar pousadas antigas. Vamos construir hotéis boutique suspensos na Chapada, desenvolver frotas de balões modernos para contemplação aérea e estabelecer estações de caça controlada de espécies invasoras. A Capadócia, na Turquia, é um exemplo do que é possível. Lá, 156 balões voam diariamente, com 71 empresas licenciadas. Em 10 anos, 5 milhões de turistas voaram de balão na Capadócia, pagando entre US$ 186 e US$ 220 por pessoa. Um balão comercial custa mais de US$ 100.000, mas a receita líquida por voo pode chegar a US$ 1.071. Na Chapada, empresas já operam, com voos a R$ 790 por pessoa, mas o FIT vai democratizar o acesso ao capital para que a escala e a

criação de um ecossistema turístico sejam possíveis.

Com o FIT, quem tem um bom projeto, terá acesso a crédito. Contudo, não seria justo dar uma dívida ao homem comum para ele inovar, sem que o estado atuasse diretamente na prospecção de turistas, sem que o estado distribuísse globalmente os novos pacotes de serviços gerados. E, por isso, Nosso Outro Destino conta com um projeto comercial para o turismo mato-grossense.

A Engenharia Comercial

Para o turismo funcionar, é preciso que os pacotes turísticos sejam vendidos. Pacotes turísticos só são bem vendidos quando as agências globais possuem incentivos para oferecerem aquele pacote ao consumidor em vez de outro.

O mundo não compra o que não é rentável para quem vende. O governo do estado precisa de empenhar para que Mato Grosso crie relações com as agências globais e, ainda, que Mato Grosso seja rentável às agências.

Para Nosso Outro Destino, queremos criar a Rede Global Mato Grosso de Distribuição. O governo

implementará um sistema unificado de comissões para agências de turismo no Brasil e no exterior, com um diferencial: o Complemento de Comissão Estadual.

Sempre que uma agência vender um pacote para Mato Grosso, o Estado complementará a comissão de mercado com uma fatia do ICMS gerado por aquele turista durante sua estadia. Isso inclui hospedagem, combustível, alimentação. Se o turista gasta R$ 10.000 no estado, uma parte do imposto que ele pagou "na pegada" volta para a agência em Berlim ou Tóquio que o trouxe.

O subsídio ao turismo e incentivo às agências já se provou, mundo a fora, como viável. Portugal, com o programa "Crescer com o Turismo", investiu 30 milhões de euros em financiamento não reembolsável. A Turquia, em 2016, ofereceu US$ 6.000 por voo às agências. A Tailândia subsidia 50% da hospedagem com o "Travel Thailand Half-Half".

Nosso modelo é ainda mais inteligente e tornará Mato Grosso o produto turístico mais lucrativo para qualquer agente de viagens do mundo, garantindo nosso estado na vitrine principal das grandes operadoras globais.

E, se conquistar um lugar na vitrine é importante, igualmente importante é ter excelentes produtos

turísticos, e de alto valor agregado, para oferecer a esses consumidores globais – elevando o gasto por turista em nosso estado.

A Caça de Alto Valor

A caça cinegética é uma solução tripla. Ela controla espécies invasoras, gera receita bruta em dólar e cria postos de trabalho especializados. A Lei 5.197/67 já permite o controle de espécies nocivas. O javali, classificado pela IUCN como uma das 100 espécies mais invasoras do mundo, causa perdas de até 40% em lavouras de milho e soja em Mato Grosso do Sul. Mais de 511 mil javalis foram abatidos no Brasil, mas o controle ainda é ineficaz. Búfalos ferais representam um problema semelhante.

Estações de caça paga atraem um público global de altíssimo poder aquisitivo. Na Espanha, a caça injetou €10,19 bilhões no PIB em 2023, gerou 199 mil empregos e €1,2 bilhão em impostos. O gasto médio de um caçador é de €12.069 por ano. No Texas, a caça, pesca e tiro movimentaram US$ 27,6 bilhões em 2022.

Não se trata de caça predatória, mas de manejo. Na Nova Zelândia, a caça de invasoras como veados e tahrs é uma ferramenta de conservação. O FIT

financiará a infraestrutura para essas estações, transformando um problema ambiental em uma fonte de riqueza, preservação e atração de um público com poder aquisitivo para gastar em vários outros produtos e serviços ofertados no estado.

Imagine um caçador chegando ao lodge, uma estrutura rústica e luxuosa, camuflada na paisagem. Ele será recebido por guias experientes, que falam seu idioma e conhecem cada trilha. O equipamento, de alto calibre e tecnologia de ponta, estará à disposição.

A experiência começa com um briefing detalhado sobre a espécie a ser controlada, as técnicas de caça ética e as regras de segurança. O dia será dedicado à busca do animal, em silêncio, com a adrenalina pulsando a cada movimento na mata. Ao final, a carne será processada, embalada a vácuo, pronta para ser levada ou doada, garantindo o aproveitamento total.

O troféu, se houver, será cuidadosamente preparado para o envio. Essa é a experiência que empreendedores locais poderão vender por dezenas de milhares de dólares.

Chapada: Construção da Suíça Tropical

A Chapada dos Guimarães deixará de ser um destino de "fim de semana de Cuiabá". Ela será um centro internacional de bem-estar e aventura sofisticada. A 67 km de Cuiabá, com altitude de aproximadamente 800m, a Chapada oferece um microclima de inverno com mínimas de 15-17°C e máximas de 27-30°C, com baixa precipitação. É o cenário perfeito para uma "Suíça Tropical".

Imagine-se no alto do Morro de São Jerônimo, a mais de 800m de altitude, após uma trilha desafiadora de 16km, observando o sol se pôr sobre a vastidão do cerrado, pintando o céu de laranja e roxo. Ou, ainda, flutuando em um balão ao nascer do sol, os cânions da Cidade de Pedra se revelando abaixo, com seus paredões de arenito de mais de 300m, esculpidos pelo tempo em formas fantásticas. De cima, a visão do Véu de Noiva, com sua queda d'água de 86m, será ainda mais majestosa, uma fita prateada em meio ao verde exuberante. A brisa da manhã, fresca e pura, acariciará seu rosto enquanto a paisagem se desdobra em um espetáculo inesquecível.

Aproveitaremos essas condições para fomentar a

vitivinicultura de precisão. O crédito juro zero financiará vinícolas acopladas a pousadas de alto luxo. A técnica da dupla poda, desenvolvida pela EPAMIG, permite a colheita no inverno em altitudes de 1.000-1.100m, com dias ensolarados, solo seco e grande amplitude térmica. Isso já é sucesso no Cerrado, como a Vinícola Brasília, um coletivo de 10 vinhedos que produz 200 mil garrafas por ano e já conquistou mais de 60 prêmios, com vinhos como o Syrah Quatro Altitudes 2022 (R$ 189) e o Viognier Canindé 2024 (R$ 179). A Chapada, com altitudes entre 793-900m, tem o mesmo potencial. A "Rota do Vinho da Chapada" oferecerá degustações exclusivas, harmonizações com a culinária local e a oportunidade de vivenciar o processo de produção, do vinhedo à garrafa, em um terroir inédito.

Hoje, a Chapada possui 40 meios de hospedagem, 21 agências e 55 guias (CADASTUR 2021). Em 2023, recebeu 147 mil visitantes. Vamos elevar esses números exponencialmente, com uma experiência única de "inverno tropical".

Pantanal: Safári das Américas

O Pantanal será posicionado como o destino de vida selvagem definitivo do hemisfério ocidental. Ele rivalizará diretamente com os safáris africanos, mas com o diferencial da água e da pesca. O Pantanal abriga mais de 650 espécies de aves, 102-156 mamíferos e 98-177 répteis.

A onça-pintada é a estrela. Com uma população estimada entre 2.000 e 5.000 indivíduos, a taxa de avistamento no Pantanal é superior a 1.000 por ano, chegando a 95% de sucesso em alguns locais. Isso é mais do que os 60-70% para avistamento de leões no Serengeti. Imagine-se em um barco motorizado, deslizando suavemente pelas águas do Rio Cuiabá, o silêncio da manhã quebrado apenas pelo canto dos pássaros e o suave motor. De repente, o guia aponta: lá está ela. Uma onça-pintada majestosa, deitada na margem, seus olhos fixos na água, talvez à espreita de uma capivara. A câmera dispara, o coração acelera. É um encontro de tirar o fôlego, um privilégio raro.

A Transpantaneira, com seus 147 km e 122 pontes originais, será modernizada com 100% de pontes de concreto, facilitando o percurso pelo Pantanal. Essa

estrada não é apenas um caminho, é uma janela para a cultura pantaneira. Ao longo dela, o turista verá o homem pantaneiro, com seu chapéu e berrante, conduzindo a comitiva de gado a cavalo, um espetáculo de tradição e resiliência. A vida nas fazendas, a culinária típica e a hospitalidade local serão parte integrante da experiência.

O estado deverá realizar um grande programa de qualificação dos guias, facilitando a transformação de pilotos de pequenas embarcações em naturalistas bilíngues. A pesca esportiva de luxo será fomentada em hotéis-fazenda. O objetivo é que o turista não venha apenas para pescar. Ele virá para viver a cultura do homem pantaneiro, em um ambiente de conforto absoluto e tecnologia de ponta.

Vamos à comparação com os safáris africanos. O mercado total de safáris em 2023 foi de US$ 16,90 bilhões. A Tanzânia gerou US$ 3,37 bilhões em receita turística, o Quênia US$ 7,6 bilhões e Botsuana US$ 2,57 bilhões em safáris. O Pantanal, com sua biodiversidade única e a altíssima taxa de avistamento da onça-pintada (nosso "Big Cat"), tem todos os atributos para capturar uma fatia significativa desse mercado. Ofereceremos uma experiência diferenciada, com a beleza das águas, a cultura da pecuária e a emoção da vida selvagem.

Cuiabá: Centro de Negócios da América do Sul

Cuiabá é o centro geodésico da América do Sul. Politicamente, faremos dela o Hub de Negócios Sul-Americano. É ineficiente que um empresário de Santa Cruz de la Sierra e um de São Paulo tenham que se encontrar em Buenos Aires ou Lima. Cuiabá será o ponto de convergência.

Construiremos um complexo de eventos de classe mundial. Imagine um centro de convenções moderno, com arquitetura que integra elementos da cultura local e tecnologia de ponta, capaz de sediar múltiplos eventos simultaneamente. Será um espaço amplo e iluminado, com salas moduláveis e auditórios equipados para as mais exigentes demandas de congressos médicos, feiras corporativas e encontros diplomáticos privados. O incentivo será agressivo: organizadores de eventos internacionais terão isenção total de taxas estaduais e subsídio logístico se escolherem Cuiabá.

A Diplomacia Aérea e o Querosene Zero são essenciais. O governo negociará com companhias aéreas a redução drástica do ICMS sobre o combustível de aviação para voos que conectem Cuiabá

diretamente às capitais sul-americanas. O combustível representa cerca de 40% do custo operacional das companhias. São Paulo, ao reduzir o ICMS de 25% para 12% em 2019, ganhou 490 novas partidas semanais e passou de 7 para 13 cidades atendidas. Queremos que o tempo de voo de qualquer ponto do continente para Cuiabá seja o menor possível. Rotas potenciais para Lima, Bogotá, Assunção e Santa Cruz de la Sierra serão prioritárias. Cuiabá não será apenas uma cidade de passagem. Será a "Davos do Pantanal", o local onde os contratos da América do Sul são assinados. O turismo de negócios gera uma receita per capita muito superior ao turismo comum, ocupando a rede hoteleira durante a semana e garantindo a sustentabilidade financeira do setor o ano todo. O Aeroporto de Cuiabá, que já recebeu R$ 280 milhões em modernização e teve seu terminal ampliado em mais de 50%, com autorização para voos internacionais desde 02/12/2024 (Portaria 15.900 ANAC), está pronto para essa nova era.

Neste modelo, o turismo deixa de ser uma atividade passiva. Ele se torna uma estratégia de soberania econômica. Quando vendemos o pôr do sol na Chapada ou a força do búfalo no Pantanal, estamos exportando valor agregado. Não tiramos um grama de minério ou um grão de soja da nossa terra. Estamos

vendendo inteligência, hospitalidade e a preservação do que temos de mais valioso. Mato Grosso deixará de ser o lugar por onde se passa. Será o lugar onde o mundo se encontra.

10

Inovar é preciso

Ao longo do tempo, muitos estudiosos tentaram entender o que faz uma Nação ser próspera. Seria o clima? Talvez a localização geográfica? Seriam os campos agrícolas ou as plantas de fábrica? Seria a vocação para serviços complexos? Há muitas hipóteses.

Particularmente, tenho uma: nações prosperam conforme a autoestima de seu povo é grande o suficiente para inovar diante dos problemas.

Povos sem autoestima não inovam. Povos sem autoestima não criam soluções novas para os problemas que lhe são próprios. Povos sem autoestima sempre se perguntam "qual outro país desenvolvido fez aquilo antes" ou "em qual outro lugar, melhor que o nosso, isso deu certo pela primeira vez". Se nenhuma outra Nação, se nenhum outro povo pensou, certamente é porque não dá certo – imaginam.

Repare em Israel. O país que move o debate global tem o tamanho de Sergipe – o menor estado brasileiro. Em extensão territorial, Mato Grosso é 41 vezes maior que Israel. A população do estado judeu também não é grande. 10 milhões de habitantes. Ainda assim, esse pequeno país tem uma incontestável elevada autoestima. Fala alto nas mesas globais, desenvolve tecnologia militar, agrícola e de saúde de ponta,

descobre soluções que ninguém no mundo havia pensado. Não são europeus, não são anglo-saxões, são semitas vivendo em um pequeno país do médio-oriente, na região do Levante; mas sob nenhuma circunstância se dobram.

A capacidade que um país tem de inovar é diretamente ligada a autoestima de seu povo. É sobre reconhecer em si capacidades de criar aquilo que ainda não foi feito, que não foi pensado pelos outros. De poder estar certo sobre algo que ninguém antes esteve.

Certa vez, em uma conversa com amigos que trabalham nos setores de energia, eu manifestei a importância de se coletar o gás metano produzido pelas turfas (material orgânico em decomposição) do Pantanal, para se reduzir a força dos incêndios e, de brinde, receber gás que poderia abastecer as cozinhas das residências do estado de Mato Grosso.

A primeira reação de um deles logo foi: – gás se tira em poço. Querer capturar gás disperso na natureza é tão absurdo quanto querer coletar água da umidade do ar, em vez de cavar um poço d'água.

Eu não demorei a retrucar: – não foi exatamente isso que Israel fez quando criou tecnologia simples para capturar o orvalho da manhã e, com isso, reduzir

em 50% do gasto hídrico de suas plantações?

Abaixo, amigo leitor, você verá um plano de inovação que busca converter os incêndios do Pantanal em gás de cozinha barato. Evidentemente, é um plano de inovação e isso significa que, antes de ser operado em grande escala, seria preciso operar alguns pequenos módulos que nos revelaria os números exatos de custos e volume de gás gerado.

De toda forma, o valor de se operar pequenos módulos é ínfimo, algumas dezenas de milhares de reais, e a chance de bons resultados é relevante, fazendo com que, na sequência, se possa criar uma operação de escala, com grande impacto social.

Ao longo do texto que segue, repetirei algumas vezes a necessidade dessa etapa de testes, para que não passe despercebido e nem pareça uma verdade pronta. O exemplo, no entanto, está aqui posto para ilustrar algo mais relevante que ele próprio: a necessidade de uma postura que busca inovação e solução dos problemas que as pessoas reais vivem, como o incêndio, como o preço do gás de cozinha, como a necessidade de se gerar empregos qualificados – como são os dos setores energéticos – aqui, em Mato Grosso, e não apenas no Rio de Janeiro.

Explosões debaixo da terra

O Pantanal não queima apenas na superfície. O verdadeiro inimigo é o Fogo de Turfa. Abaixo da camada de vegetação, o acúmulo milenar de matéria orgânica entra em decomposição anaeróbica, gerando bolsões de gás metano. Esta é uma bomba-relógio biológica. A cada ano, o bioma enfrenta uma devastação sem precedentes: somente no primeiro semestre de 2024, 700 mil hectares foram consumidos pelo fogo, segundo dados do Lasa-UFRJ. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou, no mesmo ano, 3.538 focos de incêndio.

Quando o solo seca, esse gás se torna o combustível para um incêndio invisível que rasteja pelo subsolo, imune a aviões e brigadistas. Combater o fogo de turfa com água é como tentar apagar um isqueiro gigante soprando o pavio: o combustível continua lá embaixo, empurrando o calor para cima. Os custos de combate são astronômicos e ineficazes. O governo federal desembolsou R$ 137,6 milhões em 2024 apenas para tentar conter as chamas, e o governo de Mato Grosso do Sul gastou R$ 33,3 milhões. A estratégia reativa falhou, falha e continuará a falhar. É preciso virar a chave.

Captura preventiva do gás

Em vez de esperar o gás explodir em chamas, nós o colhemos. O projeto inverte a lógica da defesa civil: deixamos de ser reativos para sermos extrativistas de risco. Drenar o gás é, fisicamente, despressurizar a bomba. Não é uma questão de "se" o metano vai queimar, mas de "quando". A captura preventiva transforma essa inevitabilidade em oportunidade, convertendo um agente destrutivo em um recurso valioso.

Em Israel, a escassez de água levou à criação de redes que capturam a umidade do ar (orvalho) por condensação passiva. Eles colhem o que é invisível para sobreviver no deserto. No Pantanal, faremos o mesmo: colheremos o metano invisível que brota do barro para reduzir incêndios, gerar empregos e colocar gás de cozinha barato aos mato-grossenses. É a tecnologia da escuta ambiental aplicada ao lucro social.

Tecnicamente, este conceito encontra um análogo robusto na extração de Metano de Camadas de Carvão (CBM - Coal Bed Methane). A turfa é, geologicamente, o estágio inicial de formação do carvão. Se é possível

extrair metano de forma difusa de camadas de carvão, a tecnologia é perfeitamente adaptável para a turfa, especialmente quando focamos em "hotspots" – áreas de alta concentração de turfa e emissão de metano. Não vamos drenar o Pantanal inteiro, mas sim os pontos nevrálgicos onde o risco é maior e a concentração é viável.

Toda esta operação de recolhimento do gás metano do Pantanal, no entanto, carece de testes modulares iniciais, para se averiguar a viabilidade de custos e volume extraído por módulo.

A simples engenharia do Cano

O coração do projeto é o módulo de captura. Não é um cano comum, mas um sistema de filtragem de subsolo, desenhado para maximizar a captação e minimizar a manutenção. A tecnologia é madura e comprovada em ambientes desafiadores, como aterros sanitários.

• O Tubo: Utilizaremos Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ranhurado. As ranhuras são cortes milimétricos (0,5 mm a 2 mm) feitos mecanicamente. São finas o suficiente para impedir a entrada de argila e sedimentos, mas gigantescas para a molécula de

metano, que tem um diâmetro molecular de apenas 0,414 nanômetros. A NBR 15073 estabelece os padrões para tubos de PEAD em sistemas de drenagem, garantindo a robustez e a longevidade necessárias. O custo de tubos PEAD varia de R$ 10 a R$ 166 por metro linear, dependendo do diâmetro, um investimento com vida útil comprovada de mais de 50 anos e eficiência de captura que pode alcançar 60-68%, conforme atestado em projetos de aterros no Brasil.

• O Envelope Filtrante: O cano é envolvido por uma manta geotêxtil (Bidim), que atua como uma barreira física contra partículas finas, e uma camada de brita. A brita cria um "vazio intersticial" de alta permeabilidade, que facilita o fluxo do gás em direção ao tubo, enquanto a manta atua como um coador de café, impedindo o entupimento do sistema e garantindo a longevidade da rede de drenagem.

• A Geometria: Os módulos de captura serão instalados a uma profundidade de 1,5 a 3 metros. Esta profundidade é estratégica, pois é onde a pressão do gás metano é mais significativa nos depósitos de turfa e onde a matéria orgânica em decomposição anaeróbica é mais ativa. A engenharia maximiza a taxa de extração, garantindo que o esforço de instalação gere o maior volume de gás possível.

A Malha e o Fluxo Fluvial

Para tornar a logística exequível em um território de difícil acesso e sazonalmente inundável, o projeto utiliza a gravidade e o desenho das águas. A infraestrutura será adaptada do modelo bem-sucedido de captação de biogás em aterros sanitários, que no Brasil somam mais de 670 aterros.

• As Costelas (Drenos): Serão módulos de 100 metros de drenos PEAD ranhurados, espalhados estrategicamente nos hotspots de turfa. Estes hotspots serão mapeados por sensoriamento remoto e prospecção geofísica, identificando as áreas que costumam acumular maior espessura de turfa (até 3 metros em algumas regiões) e que geram maior concentração de metano.

• A Espinha (Coletor): Uma linha mestra de tubulação de maior diâmetro interconecta as "costelas" e transporta o gás por pressão natural e alguma ajuda de bombas e compressores intermediários. O declive natural do terreno e a pressão inerente do gás garantem um fluxo contínuo e eficiente até as margens dos rios navegáveis, minimizando a necessidade de bombas e

compressores intermediários.

• O Ponto de Entrega: Uma válvula de saída robusta será situada acima do nível da cheia histórica. Este ponto permitirá que as barcaças-compressoras se acoplem de forma segura e eficiente, mesmo durante os períodos de inundação do Pantanal, garantindo a operabilidade contínua do sistema.

A Logística de Recolhimento

O recolhimento abandona o caminhão pesado, que atola em estradas de terra e é inviável em grande parte do Pantanal, e abraça a barcaça. Esta é uma adaptação inteligente à realidade do bioma, transformando um obstáculo (a água) em uma via de transporte.

• Barcaças-Compressoras: Serão unidades fluviais autossuficientes, equipadas com compressores de alta pressão. Elas percorrerão as margens dos rios, "sugando" o gás dos coletores e comprimindo-o em cilindros de Bio-GNC (Gás Natural Comprimido) a 250 bar. O transporte de GNC por barcaça é tecnicamente possível e já utilizado em outras regiões do mundo.

• Vantagem: O rio não atola. A barcaça opera 365 dias por ano, utilizando o próprio gás coletado como

combustível para seu motor. Isso garante uma operação contínua, autônoma e de baixo custo. É importante reconhecer que rios do Pantanal, como o Alto Paraguai, possuem trechos críticos de navegabilidade (cerca de 252 km), e secas severas podem impor desafios. Contudo, o projeto prevê o uso de barcaças menores e de calado reduzido, adaptadas para essas condições, e a capacidade de armazenamento nos pontos de entrega para mitigar interrupções. A flexibilidade da frota fluvial supera em muito a rigidez da logística terrestre.

Processamento do gás

O biogás bruto extraído contém impurezas como CO2 e umidade. Para ser transformado em gás de cozinha de alta qualidade, ele passa por mini-unidades de refino (Skids) modulares, instaladas em Hubs Regionais estratégicos.

1. Dessulfurização: Este processo crucial remove o Sulfeto de Hidrogênio, que confere ao biogás o cheiro característico de ovo podre e é altamente corrosivo para os equipamentos e infraestrutura. A remoção do Sulfeto de Hidrogênio garante a segurança e a integridade do sistema, além de elevar a qualidade do

produto final.

2. Desidratação: A retirada da água é essencial para evitar o congelamento nas válvulas e tubulações, especialmente em regiões com variações de temperatura. A umidade também afeta a eficiência da combustão e pode comprometer a infraestrutura de transporte.

3. Upgrade: Esta etapa envolve a separação do dióxido de carbono do metano. O objetivo é elevar a concentração de metano acima de 95%, transformando o biogás em biometano. O biometano é um substituto direto do gás natural fóssil, com poder calorífico equivalente e que pode ser injetado na rede ou envasado. O custo de produção de biometano pode ficar em R$3/m³, já incluído os custos variáveis de captação e logística, dependendo – claro – de realização de testes modulares para verificação do volume e escala do projeto.

Energia, Meio Ambiente, Renda e Emprego

Este projeto não entrega apenas um benefício, mas quatro, simultaneamente. É uma solução que redefine a relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, gerando um impacto positivo

em diversas frentes.

1. Diminuição dos Incêndios: O incêndio de turfa não é alimentado apenas pelo gás metano, mas também pela própria turfa. Capturar o gás, no entanto, diminuirá a força e a velocidade das queimadas, dando mais segurança ambiental ao Pantanal.

2. Energia Barata: O biometano produzido é uma fonte de energia limpa e renovável. Ele será direcionado para o consumo doméstico, oferecendo gás de cozinha a preços acessíveis, ao retirar os distribuidores da cadeia e realizar a venda aos revendedores por preços abaixo do mercado. Esta iniciativa combate a pobreza energética e melhora a qualidade de vida das famílias mato-grossenses.

3. Créditos de Carbono: O metano é um gás de efeito estufa com um potencial de aquecimento global 27 a 30 vezes maior que o dióxido de carbono em um horizonte de 100 anos. Cada tonelada de metano que capturamos e evitamos que vá para a atmosfera equivale à remoção de 27 a 30 toneladas de CO2 equivalente. No mercado voluntário de créditos de carbono, uma tonelada de CO2 equivalente é negociada entre US$ 20 e US$ 40. Isso significa que cada tonelada de metano capturada pode gerar uma receita adicional significativa de US$ 540 a US$ 1.200

em créditos de carbono. Esta receita não apenas contribui para a viabilidade econômica do projeto, mas também o posiciona como um modelo de sustentabilidade global, atraindo investimentos verdes e reforçando o compromisso do Brasil com as metas climáticas.

4. Empregos em Mato Grosso: Os críticos a esta operação dirão que é uma operação complexa e que envolve grande força de trabalho. E eles têm razão. Hoje, todo a economia da produção do gás de cozinha gera empregos fora de Mato Grosso, que perde divisas econômicas. Traremos a produção e os empregos para o nosso solo.

Números possíveis – após fase de teste

Em projetos de inovação, os números primeiro precisam ser validados em uma pequena operação modular. Apenas após todas as métricas de volume, escala e custo atenderem as expectativas é que se deve ampliar a operação, podendo chegar à escala abaixo descrita.

Com um investimento de R$ 2,5 bilhões e 100 equipes operando em 4 anos, espera-se construir:

• Rede: Serão instalados 30.000 km de dutos nos hotspots críticos do Pantanal. Esta malha capilar drenará o metano de forma eficiente e contínua.

• Produção (Pé no Barro): A produção diária esperada de biometano é de 600 mil a 900 mil m^3. Isso se traduz em 36 mil a 56 mil botijões de 13kg de gás de cozinha por dia. Esta capacidade é mais do que suficiente para atender toda a demanda de Mato Grosso, que atualmente importa a maior parte de seu GLP.

• Envase: Hubs de cilindros leves (fibra de carbono) serão distribuídos em cidades-polo, garantindo a logística de distribuição e o acesso facilitado ao produto.

• Preço no Atacado: O Estado venderá o gás de um botijão ao revendedor por R$ 45,00. Este preço é a metade do valor praticado pelas multinacionais, que operam com margens elevadas e custos de transporte longínquos.

• Preço ao Consumidor: A conta é simples e impactante. Um botijão de 13kg corresponde a aproximadamente 12,5 m^3 de biometano. Com o custo de produção e logística em R$3 por m^3, o custo do produto final fica em R$43,5 (R$37,5 do gás e mais R$6 do envase). Com o preço de venda ao revendedor de

R$ 45,00, o estado aparentemente não tem margem, mas economiza no combate aos incêndios, garante gás barato na cozinha das famílias (que deverá pagar entre R$80 e R$85 pelo botijão na ponta) e gera milhares de postos de trabalho qualificados em Mato Grosso.

• Lucro por Crédito de Carbono: o estado que parece ficar sem ganhos financeiros em um primeiro momento, receberá com a venda dos créditos de carbono (após auditoria e certificação) gerados pelo processo ambiental. A depender do mercado onde esses créditos serão vendidos, cada botijão poderá render mais R$40 a R$120 em receitas ao estado. Os créditos de carbono podem transformar essa operação de "socialmente equilibrada" em "altamente rentável".

Cultura do crescimento e inovação

Com vontade de olhar os problemas reais da população e resolvê-los por meio de uma cultura de crescimento, inovação e testagens seguras, é possível realizar muito mais. É possível construir realidades novas.

O governo não deve existir para se perder em burocracias e modelos antiquados. Um bom governo

deve ser o indutor do progresso, do experimento e da melhoria real na vida das pessoas.

11

Um Destino que Merece ser Nosso

Alguns, ao ouvirem essas ideias, me perguntam – quase como se precisassem saber de que lado sou antes de poder concordar comigo sobre algo que, no fundo, já concordam – qual o meu Partido.

Não tenho filiação partidária. Minha noção de Partido é um sonho: "o país do futuro".

Explico-me: todos nós crescemos ouvindo que o Brasil seria o país do futuro, mas esse futuro parece nunca chegar. O meu lado, a minha noção partidária, é a mesma de qualquer pessoa que acredite que é preciso fazer esse sonhado futuro chegar. De quem sabe que o futuro não é fruto do tempo, mas do trabalho, do sonho, do empenho. E – ainda que eu concorde com uma posição ou outra de alguns dos partidos mais representativos da atualidade – no sonho de país, na construção de um projeto nacional, não me sinto abraçado por nenhum deles.

Desde a minha infância, nunca me dei bem com grandes mudanças geográficas. Dessa forma, por destino traçado no nascimento, o Brasil é a minha casa. Não consigo me imaginar morando em qualquer outra parte do mundo.

Quando viajo a algum canto mais abastado do planeta, me sinto como quem visita a casa de um parente mais rico. Você pode entrar no banheiro e

achar lindo, cheiroso, bem decorado; mas, ainda assim, vai preferir usar o banheiro de sua própria residência.

Ter o do outro como exemplo não faz com que você queira se mudar para a casa alheia, faz com que você queira melhorar a sua. Um país nunca está pronto. Ele precisa da gente. De nossa luta, de nosso esforço por mudanças.

Hoje, eu andava com meu filho mais velho, que tem apenas 7 anos, e ele me disse: – papai, quando eu for adulto eu quero morar nos Estados Unidos porque lá tudo é barato, sabia?

Ele me pegou de surpresa com a fala, mas logo retruquei: – é muito melhor ficar e fazer com que as coisas sejam baratas aqui, filho. A sua geração tem um compromisso com este país. Vocês têm que ajudar a construir o Brasil. Sabia?

O convite que venho fazer a você, caro leitor, é o mesmo que fiz ao meu filho. O convite para ficarmos e construirmos um país melhor.

Este país melhor pode e deve ser começado em Mato Grosso. Podemos criar aqui o modelo de inspiração nacional. Podemos mostrar, a partir daqui, que dá para ter um custo de vida barato, que dá para competir globalmente, que dá para gerar renda

qualificada aos cidadãos. Que dá para ser bom.

Para fazermos isso, no entanto, precisamos assumir o Nosso Outro Destino. Precisamos fazer com que os donos dos sobrenomes deixem de comandar o estado, favorecendo apenas que tudo continue igual.

Olhe para o Mato Grosso de 2026: sob a maquiagem de uma "gestão eficiente" e um orçamento estimado de R$ 40,792 bilhões, esconde-se uma engenharia de exclusão que privilegia as castas burocráticas e os barões da economia, enquanto retira o prato da mesa de quem produz. A Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são a radiografia de um poder que escolhe quem ganha e quem perde. E o povo mato-grossense está perdendo.

Bolsa Barão: R$11,6 bilhões em renúncias fiscais

A maior prova da perversidade deste governo não está no que ele gasta, mas no que ele escolhe não arrecadar. A LDO 2026 prevê uma Renúncia Fiscal acachapante de R$ 11,631 bilhões. Não se engane: este não é um benefício para o pequeno empreendedor; é um programa social para os ricos, a verdadeira "Bolsa

Barão".

Quando se analisa os setores mais impactados pelas renúncias fiscais, se nota que não são renúncias indispensáveis para que aqueles setores estejam ali. São, na verdade, renúncias dadas a quem já estava produzindo de toda forma. São formas de privilégio, sem ganho mensurado para o estado ou para a sociedade – como aconteceria em outras tantas formas inteligentes de renúncia fiscal que este livro propõe.

Para que o povo entenda a gravidade: o governo "doa" em isenções para grandes grupos econômicos o equivalente a quase três vezes o orçamento total da Saúde (R$ 4,1 bilhões) e quase três vezes o orçamento da Educação (R$ 4,4 bilhões). É um escárnio. Enquanto o homem comum paga o ICMS cheio na sua conta de luz e no óleo de soja — imposto este que compõe 87,76% da receita do Estado —, o governo abre mão de uma fortuna que poderia dobrar o número de hospitais e escolas técnicas no estado. É a transferência de renda do pobre para o bilionário institucionalizada por lei.

A dívida pública consolidada do Estado, em julho de 2025, será de R$ 4,763 bilhões. Isto significa que a renúncia fiscal de R$ 11,631 bilhões é MAIOR que o

dobro de toda a dívida do Estado. Eles preferem subsidiar a elite a quitar o que devem. O serviço da dívida, apenas para juros e encargos, consumirá R$ 257,3 milhões de janeiro a julho de 2025, mas a renúncia permanece intocável, sagrada para os privilegiados.

Este é o crime contra a dignidade: o Estado que se diz em crise, que corta verbas essenciais, distribui bilhões para quem já tem, sob o pretexto de "incentivo". É a garantia de que o rico ficará mais rico, e o resto, bem, o resto que se contente com as migalhas.

Enquanto o cidadão clama por segurança, o governo responde com burocracia. O orçamento de 2026 traz um aumento de 307,07% na função "Direitos da Cidadania" e uma redução no orçamento da Segurança Pública.

E não se engane: o crescimento da verba para “Direitos da Cidadania” serve ao propósito de custear a recriação da SEJUS, mais uma secretaria que abrigará cargos políticos e inflará a máquina pública.

O orçamento de 2026 realiza cortes em áreas sensíveis ao homem comum. A habitação e seus programas, por exemplo, receberam cortes de 40,14%. Em um estado onde o preço do aluguel explode, o governo decide que o sonho da casa própria deve

esperar. O governo que se diz "do agro" também corta a verba para o emprego e qualificação, diminuindo em 30% o orçamento do trabalho.

Enquanto isso, o Judiciário teve o seu orçamento aumentado em mais de 11% – o maior aumento entre os Poderes.

O Destino é Nosso – não deles

Se o orçamento de 2026 é a marca do privilégio de alguns, está na hora de irmos em busca de um novo destino. Um destino que seja nosso e não deles.

O "Nosso Outro Destino" exige a coragem de enfrentar essa caixa-preta de R$ 11,6 bilhões em renúncias fiscais. Exige o compromisso de criar um custo de vida barato aos mato-grossenses. Exige a transformação de nossas escolas em fábricas de gênios, não em depósitos de alunos. Exige inovações que auxiliem ao homem comum e não as panelas governamentais.

É tempo de parar de financiar os barões e começar a investir nas pessoas. É tempo de romper com a lógica da manutenção do status quo e construir um Mato Grosso onde a riqueza seja distribuída, onde a

dignidade seja um direito e não um privilégio. É tempo de fazer de Mato Grosso o exemplo para a fundação de um Brasil novo.

É tempo dos Sem Sobrenome vencer os Com Sobrenome.



Maurício Coelho

Nosso Outro Destino